

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

KÊNIA ROBERTA DA ROSA FIALHO

Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil:
análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”

PORTO ALEGRE
2021

KÊNIA ROBERTA DA ROSA FIALHO

Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil:
análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Marcia Benetti

PORTO ALEGRE
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil: análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”**, de autoria de Kênia Roberta da Rosa Fialho, estudante do curso de Jornalismo, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 29 de abril de 2021.

Marcia Benetti

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família. Em especial minha mãe Irma Cardoso, meu pai Everton Roberto Barreto Fialho e meus irmãos Kleiner e Igor Fialho que, desde sempre, incentivaram meus sonhos e viram meu potencial quando nem eu mesma conseguia enxergar. Agradeço aos homens e às mulheres da minha família que, a cada geração, têm se esforçado para dar às gerações seguintes condições melhores para continuar a história de nossa família. Com certeza, essa conquista é nossa.

Agradeço às instituições de ensino público que me formaram, desde a alfabetização na Escola Municipal Fidel Zanchetta, passando pelo ensino médio na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima até o ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sem dúvidas, sou a soma da dedicação e do empenho de todos os professores e de todas as professoras que colaboraram com a minha formação.

Agradeço também minha orientadora que, além de acompanhar minha trajetória durante a vida acadêmica, aceitou a desafiadora missão de me orientar em um dos períodos mais estressantes e incertos da sociedade, durante uma pandemia. Sem teu olhar atento e generoso esse trabalho jamais teria sido possível.

Aos leais e fiéis amigos que se fizeram presentes em diversos momentos da minha história, meu muito obrigada. Em especial aos companheiros de jornada universitária Anderson Dorneles e Mariane Venditi, com certeza vocês tornaram minha vivência acadêmica mais feliz.

Produzir esse trabalho em um dos piores momentos da pandemia teria sido ainda mais complicado se não fosse o apoio, mesmo que virtual, de amigos tão verdadeiros. Andresa Fialho, Caio Tedesco, Haissa Almeida, Luísa Nunes, Luiz Sommer, Marlon Jahn, Renata Borges e Wagner Coelho. Obrigada por todas as formas de apoio mesmo durante o caos.

Por último, mas não menos importante, agradeço a luta e a coragem de todas as mulheres que tiveram força para enfrentar as maiores atrocidades imagináveis para dar às suas famílias condições melhores de vida. Em especial, agradeço às

mulheres negras que, diariamente, enfrentam uma sociedade racista e machista sem perder o afeto que há em si.

*Não há maior agonia que suportar
uma história não contada dentro de
você.*

Maya Angelou

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os sentidos sobre o trabalho doméstico nos depoimentos de trabalhadoras reunidos no livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019), organizado pela escritora e historiadora Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara. Os objetivos específicos são: 1) contextualizar o cenário do trabalho doméstico no Brasil; 2) identificar os sentidos sobre si presentes no discurso das trabalhadoras a partir da relação com os empregadores; 3) compreender a frequência desses sentidos, buscando a predominância de representações. Para atingir esses objetivos, examinamos 98 depoimentos que relatam experiências vividas pelas próprias depoentes. Utilizamos a Análise do Discurso como metodologia e identificamos cinco Formações Discursivas (FDs): 1) a trabalhadora doméstica humilhada, 2) a trabalhadora doméstica explorada, 3) a trabalhadora doméstica assediada, 4) a trabalhadora doméstica supostamente desonesta e 5) a trabalhadora doméstica respeitada. Essas formações discursivas estão presentes em 149 sequências discursivas e se organizam em 15 sentidos mais específicos: a humilhação se dá pela comida, pela violência, pela capacidade intelectual, pelo uso da casa e dos utensílios domésticos e por marcadores como raça, gênero, profissão e classe social; a exploração se constrói pelo excesso de tarefas, pelo excesso de horas trabalhadas e pela baixa remuneração; o assédio se concretiza pela tentativa ou efetivação de abuso sexual; a desconfiança sobre a honestidade se materializa no medo do empregador de ser roubado, nas acusações explícitas de desonestidade e na aplicação de testes de honestidade; o respeito se dá pelo tratamento recebido e pelas boas condições de trabalho. O sentido mais significativo é o da humilhação, presente em 50% do corpus. Somados, os sentidos da trabalhadora humilhada, explorada, assediada e supostamente desonesta configuram 94,51% do corpus.

Palavras-chave: trabalho doméstico remunerado; discurso; testemunho; empregada doméstica; *Eu, Empregada Doméstica*

ABSTRACT

This research has as general objective to understand the meanings of domestic work in the testimonials of workers collected in the book *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) (I, domestic servant: the modern slave quarters is the maid's room), organized by the writer and historian Joyce Fernandes, also known as Preta Rara. The specific objectives are: 1) to contextualize the domestic work scenario in Brazil; 2) to identify the senses present in the workers' discourse based on the relationship with their employers; 3) to understand the frequency of these senses, seeking the predominance of representations. To achieve these objectives, we examined 98 testimonials that report experiences lived by the interviewees themselves. We used Discourse Analysis as a methodology and identified five Discursive Formations (DFs): 1) the humiliated domestic worker, 2) the exploited domestic worker, 3) the harassed domestic worker, 4) the allegedly dishonest domestic worker, and 5) the respected domestic worker. These discursive formations are present in 149 discursive sequences and are organized in 15 more specific senses. Humiliation occurs through food, violence, intellectual capacity, the use of the house and domestic utensils, and by markers such as race, gender, profession and social class; exploitation is built by the excess of tasks, the excess of hours worked and low remuneration; harassment takes the form of attempted or perpetrated sexual abuse; distrust of honesty materializes in the employer's fear of being robbed, in explicit accusations of dishonesty, and in applying honesty tests; respect is given for the treatment received and the good working conditions. The most significant meaning is humiliation, present in 50% of the corpus. Together, the senses of the humiliated, exploited, harassed and supposedly dishonest worker make up 94.51% of the corpus.

Keywords: paid domestic work; speech; a testimony; housekeeper; *I, Domestic Servant*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL	13
2.1 Origem e consolidação	13
2.2 Gênero, raça e classe: o perfil do trabalhador doméstico	20
2.3 Saúde mental	23
3 TESTEMUNHO	26
3.1 O poder do testemunho	26
3.2 Redes sociais	31
3.3 Preta Rara	34
4 ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS	37
4.1 Análise do Discurso	37
4.2 Corpus	42
4.3 Os sentidos sobre as trabalhadoras domésticas	44
4.3.1 A trabalhadora doméstica humilhada	47
4.3.2 A trabalhadora doméstica explorada	57
4.3.3 A trabalhadora doméstica assediada	62
4.3.4 A trabalhadora doméstica supostamente desonesta	63
4.3.5 A trabalhadora doméstica respeitada	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico no Brasil tem sua origem ligada à história da escravidão. Segundo Abdias do Nascimento (1978), durante todo o período escravocrata no país, aproximadamente 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil. Essas pessoas trabalhavam principalmente nas zonas rurais e uma pequena parte trabalhava nos centros urbanos. A partir da abolição da escravidão, em maio de 1888, escravos e negros nascidos livres não tiveram nenhum tipo de amparo estatal que os auxiliasse a reestruturar suas vidas. Nesta época o trabalho doméstico se mostrou importante, uma vez que foi a principal forma de ingresso de mulheres negras no mercado de trabalho.

Atualmente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente ao trimestre que se encerrou em novembro de 2020, 4,8 milhões¹ de brasileiros tiraram seu sustento do trabalho doméstico remunerado. Além disso, pesquisadoras sobre o tema (PEREIRA, 2011; BRITES, 2014; SAVICKI, 2019; REZENDE, 2019) são unânimes ao afirmar que o perfil das pessoas que trabalham nessa área são historicamente mulheres negras e pobres.

Desde o seu surgimento, o trabalho doméstico foi considerado uma ocupação de pouco valor social. Talvez por isso, as legislações trabalhistas tenham demorado tanto tempo para se efetivar. Somente em 2015 as trabalhadoras domésticas tiveram, integralmente, seus direitos equiparados aos dos demais trabalhadores:

O interesse em pesquisar esse tema surgiu da relação pessoal que tive com o trabalho doméstico, ao observar minha mãe sair cedo diariamente para trabalhar. Minha família é formada por, ao menos, duas gerações de mulheres que tiraram seu sustento dessa profissão. Após isso, ao fazer estágio na organização sem fins lucrativos porto-alegrense Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, tive a oportunidade de trabalhar com esse tema. Desta vez, sob a ótica de uma organização que luta pelos direitos dessas trabalhadoras.

¹ Esse número é reflexo da pandemia do novo coronavírus. Em 2019, o Brasil bateu recorde no número de trabalhadores domésticos, alcançando a marca de 6,3 milhões, de acordo com o IBGE. Naquele momento, 4,5 milhões não tinham carteira assinada.

O objeto empírico escolhido foi o livro potente *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019)², escrito pela historiadora Joyce Fernandes, conhecida também como Preta Rara³. Escolhemos analisar os depoimentos dessas trabalhadoras por serem testemunhos enviados, de forma voluntária, para uma página na internet⁴. Tínhamos como problema de pesquisa entender como essas mulheres escolhiam narrar suas experiências em um ambiente “livre”, como é o caso da internet. Além do mais, o fato de ser uma comunidade virtual de trabalhadoras domésticas também nos causou interesse de análise. Por fim, consideramos essa investigação importante por notar que o trabalho doméstico não é um tema muito debatido na área da Comunicação.

O **objetivo geral** deste trabalho é compreender os sentidos sobre o trabalho doméstico presentes nos depoimentos de trabalhadoras reunidos no livro *Eu, empregada doméstica*. Os **objetivos específicos** são: 1) contextualizar o cenário do trabalho doméstico no Brasil; 2) identificar os sentidos sobre si presentes no discurso das trabalhadoras a partir da relação com os empregadores; 3) compreender a frequência desses sentidos, buscando a predominância de representações. Para atingir esses objetivos, examinamos 98 depoimentos utilizando, como método, a Análise do Discurso.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O segundo capítulo trata da origem e consolidação do trabalho doméstico remunerado no Brasil, do perfil de quem realiza o trabalho doméstico e da saúde mental desses profissionais. Alguns dos autores que compõem a fundamentação teórica deste capítulo são: Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Jurema Brites, Lélia Gonzales, Maria Beatriz Nascimento, Maria Aparecida Silva Bento, Michele Savicki, Roger Bastide e Paula Bergman de Pereira.

² Disponível para venda em:
<https://www.editoraetrato.com.br/produto/eu-empregada-domestica-342>

³ Instagram: @pretararaoficial

⁴ Instagram e Facebook: @euempregadadomestica

O terceiro capítulo aborda a força do testemunho na construção de memórias coletivas. Nessa parte, evidenciamos exemplos de momentos históricos em que os testemunhos foram essenciais para que se pudesse entender a magnitude dos acontecimentos. Neste capítulo também apresentamos os conceitos de *redes sociais*, *interação* e *construção de comunidades virtuais*. Alguns dos autores em que nos baseamos são: Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Inês Amaral, Leandro Lage, Márcio Seligmann-Silva e Raquel Recuero.

O quarto capítulo contém a exposição da metodologia utilizada para a análise e a apresentação do corpus. Com o objetivo de encontrar os sentidos construídos nas relações entre trabalhadoras domésticas e seus contratantes, utilizamos a Análise do Discurso como metodologia. Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, trazendo as cinco Formações Discursivas e a frequência com que aparecem no corpus.

2 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL

2.1 Origem e consolidação

Conforme mencionado na introdução desta monografia, o trabalho doméstico no Brasil teve seu início ainda durante a escravidão. Abdias do Nascimento (1978) afirma que, embora não seja possível mensurar com exatidão quantas pessoas foram trazidas para o Brasil, as estimativas apontam que viveram no país, durante todo o período da escravidão, cerca de quatro milhões de africanos.

Não é possível dizer com exatidão quais eram esses números graças à Circular nº 29 de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, em que foi decidido que fossem queimados todos os registros históricos sobre comércio de escravos e escravidão em geral (NASCIMENTO, 1978). Na época da Colônia, a política econômica brasileira era sustentada pelo trabalho escravo e, somente assim, a produção e a venda do açúcar eram possíveis. Também nos centros urbanos a base da economia era sustentada pelo trabalho escravo. No entanto, aos olhos dos estrangeiros o sistema escravocrata era visto como uma prática benevolente, de caráter humano:

Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. A consciência do mundo guarda bem viva a lembrança do colonialista Portugal encobrindo sua natureza racista e espoliadora através de estratégias como a designação de "Províncias de Ultramar" para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; como as leis do chamado indigenato, proscurendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidade portuguesas. Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém todas essas e outras dissimulações oficiais não dissimularam uma realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas - ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista. (NASCIMENTO, 1978, p. 50)

Dentre os mitos de conveniência, criados para tranquilizar o opressor e minimizar as acusações contra ele (NASCIMENTO, 1978, p. 51), está o de que nas colônias espanholas e portuguesas, na América Latina, graças ao catolicismo, o sistema escravocrata era menos cruel do que nas colônias inglesas, como nos Estados Unidos, por exemplo. O padre jesuíta Antônio Vieira, que viveu na Bahia, em 1633, disse em um dos seus sermões aos cativos:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos... porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar. (NASCIMENTO, 1978, p. 52)

O mito da influência humanizadora da igreja católica surgiu como forma de exonerá-la das implicações racistas e desumanas do sistema escravocrata. Apesar da fé dos africanos ser extremamente abominada pelos senhores de escravos, o governo português não apenas permitia, como também gostava dessas práticas religiosas. Para o governo, isso era um sinal de que tribos que, em África eram rivais, no “Novo Mundo” eram tão aliadas que chegavam a realizar ritos religiosos juntas. Essa permissão, no entanto, corroborou para que se criasse o mito de que a permanência de alguns traços da cultura religiosa africana era sinônimo de relações amigáveis entre senhores e escravizados.

Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros "brancos". Os beatos desta tese são muitos: eles constituem uma tradição no pensamento brasileiro. A ênfase da corrente principia com Gilberto Freyre na década de 30 e tem hoje sua continuidade no país e até na própria África com a pregação de Pierre Yerger na Universidade de Ifé (NASCIMENTO, 1978, p. 55)

No período escravocrata brasileiro⁵ o trabalho doméstico era exercido tanto por homens quanto por mulheres negras. Essa forma de exploração era comum nas zonas urbanas e rurais (PEREIRA, 2011). Às mulheres negras eram dadas funções como cozinhar, lavar, limpar a casa, buscar água, entre outras.

Além dessas tarefas, também eram considerados trabalho doméstico funções de jardineiro, cocheiro e ama de leite (REZENDE, 2019). Cabia às mulheres brancas a função de supervisionar para que tudo fosse executado de maneira satisfatória. Este contexto histórico fortalecia a estrutura social baseada na hierarquização entre raças, tendo uma como superior. Além disso, era um sistema que reforçava valores patriarcais (PEREIRA, 2011).

⁵ Não se pode esquecer das insurreições negras que foram frequentes durante todo o período de escravidão africana no Brasil. Nascimento (1978) afirma que elas ocorreram em todo território brasileiro desde a colonização até as vésperas da Abolição: “Mais de vinte quilombos, verdadeiras cidadelas reunindo africanos fugidos da escravidão, se contam nas províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco” (NASCIMENTO, 1978, p.59).

Matsumoto (2017) apresenta também uma prática muito comum entre famílias que não eram ricas mas “possuíam” escravizados: através do aluguel dos serviços dos escravos, as rendas dessas famílias eram complementadas. Essa prática ficou conhecida como o aluguel de criados de servir, que poderia ser fixo ou por um período determinado.

Os criados de servir não tinham a possibilidade de criar vínculo afetivo nos locais em que trabalhavam, já que, geralmente, esses lugares mudavam constantemente. No final do século XIX o aluguel de escravizados já era uma prática bem comum e bastante divulgada nos anúncios de jornais da época (REZENDE, 2019). Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959), em seu estudo sobre a relação entre brancos e negros, com ênfase no estado de São Paulo, afirmaram que, em 1886, 95% da população escrava no estado estava fixada em zonas rurais em funções agrícolas. Os outros 5% estavam nas zonas urbanas, no trabalho doméstico não remunerado.

Desde sua “criação” o trabalho doméstico foi considerado inferior. Apesar de os escravos que trabalhavam na casa grande serem considerados privilegiados comparados aos da senzalas, não lhes eram fornecidas condições de vida minimamente dignas. Alexandre Barbosa (2003) afirma que havia casas grandes que possuíam até 60 escravos que auxiliavam no serviço doméstico. Da parte dos senhores, havia a preocupação de não permitir que os escravos tivessem “tempo livre”, porque isso significaria menos poder. (BARBOSA, 2003).

A escravização de corpos negros só foi abolida no Brasil, por Lei, em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. De acordo com Walter Fraga Filho (2009) o fim do cativeiro para os escravos significava mais do que liberdade. Era sinônimo de acesso à terra, à educação e a uma vida digna.

No entanto, por mais que a partir desta data as pessoas negras passassem a ser consideradas livres, não houve nenhum planejamento estatal que garantisse a sua inserção na sociedade. Nota-se que não havia estratégias para que elas sobrevivessem durante o período de transição entre a escravidão e a liberdade (TELLES, 2011). Para Lélia Gonzales (2018) o 13 de maio de 1888 foi bom para todos, menos para a população negra trabalhadora: “Afinal, que abolição foi essa

que, 94 anos⁶ depois dela ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação? [...] Com o 13 de maio iniciava-se o processo de marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros” (GONZALES, 2018, p. 128).

Segundo Pereira (2011), os ex-escravizados e negros nascidos livres no início do século XX não tinham nenhuma perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Algumas pessoas não tinham nem mesmo expectativa de sair da casa dos seus antigos senhores e, por isso, “optavam” por continuar trabalhando em troca de comida e casa. Dessa forma, 70% da população negra economicamente ativa estava inserida no trabalho doméstico remunerado (PEREIRA, 2011, p. 3).

É necessário atentar para a importância do trabalho doméstico para a sobrevivência das famílias negras no período pós-abolição. De acordo com Fernandes e Bastide (1959), as mulheres negras tiveram uma “facilidade” maior na reinserção no mercado de trabalho, através do trabalho doméstico, quando comparadas aos homens. Isso possibilitou que os homens tivessem a chance de ocupar vagas temporárias, uma vez que havia a certeza que a renda mínima viria do trabalho de suas companheiras. As leis criadas neste período para formalizar todas essas novas práticas do mercado de trabalho eram concebidas com o objetivo de favorecer os patrões:

A ascensão das formas livres de trabalho foi cadenciada por um repertório de medidas legais implementadas pelo Estado, que se comprometia com as necessidades e interesses econômicos das elites cafeeiras, dependentes de mão de obra fixa e do trabalho disciplinado na lavoura escravista. (TELLES, 2011, p.15)

Maria Aparecida Silva Bento (1995) chama atenção para o fato de a mulher negra geralmente ser a trabalhadora que entra mais precocemente para o mercado de trabalho e a que mais tempo permanece nele. A autora também explica que, “ironicamente”, com a abolição formal do trabalho escravo, no imaginário das elites dominantes os negros antes tidos como “bons escravos” passaram a ser vistos como “incapazes e arredios ao trabalho”.

As classes mais pobres, compostas por nascidos livres, ex-escravizados e imigrantes, ficavam sujeitas a aceitarem trabalhos considerados desqualificados e em condições indignas, porque era a única opção possível naquele momento (TELLES, 2011). Durante este período histórico, já se pode notar que o trabalho

⁶ O texto original foi escrito em 1982.

doméstico remunerado não é considerado produtivo. Ele não é nem mesmo reconhecido como comprável ou vendável do ponto de vista da economia (PEREIRA, 2011).

Essa inferiorização do trabalho doméstico no Brasil teve impacto significativo na elaboração de leis que respaldassem os direitos das trabalhadoras domésticas. Assim, somente no início do século XXI passaram a existir leis que equiparassem os direitos dos trabalhadores domésticos aos de qualquer outro trabalhador formal brasileiro. Em 1886, dois anos antes da Abolição oficial da Escravidão no Brasil, foi criado o Código de Posturas do Município de São Paulo, no qual constavam algumas condutas exigidas às amas de leite e aos criados de servir. Bentivoglio e Freitas (2014, p. 220) explicam que os direitos e deveres nessa época eram pouco definidos:

O empregado tinha direito ao aviso-prévio na rescisão de contrato de trabalho por prazo indeterminado, sendo: de cinco dias pelo empregador e oito dias pelo empregado. Mencionava-se também a justa causa, que era definida da seguinte forma: Considerava-se justa causa para dispensa a doença que impedisse o empregado de trabalhar ou se o empregado saísse de casa a passeio ou a negócios, sem licença do patrão, mormente à noite. Existiam multas para o inadimplemento do contrato, que eram convertidas em prisão simples, para qualquer das partes, quando não houvesse o respectivo pagamento.

Para que a pessoa tivesse acesso a esses direitos, era necessário fazer um registro junto à Secretaria de Polícia. Após a Lei Áurea, do ponto de vista jurídico, a única garantia de algum direito para o trabalhador doméstico surgiu em 1916 com o Código Civil, que se referia a todos os trabalhadores:

O único meio para que fossem resguardados alguns, digamos, pequenos direitos existentes na época, era a aplicação do Código Civil de 1916. Na sequência, vieram alguns decretos que foram transformados em leis, e o trabalhador doméstico passou a ser equiparado ao trabalhador urbano; porém, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, o trabalhador doméstico ficou desamparado, e somente em 1972 entrou em vigor a Lei 5.859, que dispõe sobre a profissão do trabalhador doméstico. (BENTIVOGLIO E FREITAS, 2014, p. 220)

Maria Beatriz Nascimento (apud HOLLANDA, 2019)⁷ explica que, por mais que a sociedade a partir da década de 1930 estivesse enfrentando as consequências da industrialização, fato que modificou a forma de trabalho em todo o mundo, no Brasil havia alguns mecanismos de seleção. Um deles era o critério

⁷ Publicado originalmente no jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976, /N Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, Alex Ratts (Org.), São Paulo: Imprensa Oficial/Institucional Kuanza, 2006, p.126-129.

racial, que fazia com que aos negros fossem destinados cargos profissionais mais baixos, uma vez que o emprego era uma das formas de manter a hierarquização social. A autora também elucida que este era um dos mecanismos utilizados para manter o privilégio dos grupos dominantes e, dessa forma, mantinha as mulheres negras ocupando funções semelhantes às do período da escravidão.

Considerando o período entre 1943 e 1972, o trabalhador doméstico passou 29 anos sem que sua profissão tivesse direitos e deveres estabelecidos. Savicki (2019) destaca que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha sido considerada a “constituição cidadã”, mais uma vez os trabalhadores domésticos tiveram seus direitos negligenciados, uma vez que, dos 34 direitos estabelecidos às demais categorias, somente nove contemplaram a classe dos trabalhadores domésticos. Nessa ocasião ficaram de fora direitos como limite de horas trabalhadas e obrigatoriedade do pagamento de horas extras.

A inclusão no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), excluído dos direitos constitucionais da categoria, passou a ser facultativa a partir da Lei no 10.208/2001; ainda, esta lei instituiu o pagamento do seguro desemprego para a categoria de forma vinculada à inscrição no FGTS, não sendo obrigatório. (SAVICKI, 2019, p. 34)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919 e é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem como objetivo promover justiça social. A OIT atua no Brasil desde a década de 1950 e, desde 2003, vem realizando ações voltadas para o trabalho doméstico no país. Em virtude de ser cada vez mais comum mulheres trabalharem fora de casa, houve o aumento da demanda do trabalho doméstico remunerado. Esse trabalho vai desde a arrumação da casa até o cuidado dos animais de estimação da família, passando por cozinhar, lavar roupas, organizar espaços domésticos e cuidar de crianças e idosos.

Diferentemente do período colonial, em que o trabalho doméstico não era considerado importante economicamente, hoje se sabe que ele é essencial para o funcionamento da economia. Afinal, para que uma família tenha mais renda, geralmente todos os membros economicamente ativos precisam trabalhar (OIT, 2011).

Segundo a OIT, o trabalho doméstico remunerado é uma questão sensível para a organização desde 1948, quando foi adotada a primeira resolução específica sobre o tema (OIT, 2011). Somente em 2008 foi oficializada, através do Decreto nº 6.481, a proibição do trabalho doméstico para menores de 18 anos de idade no Brasil, passando a estar de acordo com a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, que considera esta uma das piores formas de trabalho infantil (SAVICKI, 2019).

Em 2013, a proposta de emenda à Constituição que ficou conhecida como *PEC das Domésticas* foi aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional e virou a emenda constitucional número 72 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). De acordo com Lucileide Mafra Reis (2020), o projeto de Lei que resultou na emenda constitucional 72 tramitou durante 23 anos. A então senadora Benedita da Silva (PT-RJ) adotou o projeto e trabalhou para que ele se tornasse lei. No entanto, quando ela virou deputada estadual, o projeto ficou esquecido. Até que o senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu resgatar o projeto que se transformou na Lei 150/2015. A partir desse ano, mais alguns direitos foram concedidos aos trabalhadores domésticos.

A alteração constitucional, que incluía direitos de efeito imediato, como a limitação da jornada a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, e direitos que necessitavam regulamentação, a exemplo de FGTS e seguro desemprego, foi normatizada pela LC 150/2015, que estabeleceu aspectos da jornada de trabalho, descansos e férias, instituiu pagamento de adicional noturno e de viagem, previu a inclusão no FGTS, dentre outras questões. (SAVICKI, 2019, p. 34)

Apesar da conquista desses direitos, ainda ficaram pendentes outras questões, como o fato de estarem excluídas dessas leis as diaristas. Por não trabalharem mais de dois dias por semana na mesma casa, elas acabam ficando sem direito ao vínculo empregatício (BRITES, 2013). Estudiosas sobre o tema (SAVICKI, 2019; BRITES, 2013) concordam que o grande desafio atual é a efetivação desses direitos.

De acordo com Tanaka (2017), as mudanças jurídicas em relação aos direitos adquiridos pelas trabalhadoras domésticas, em países europeus, trouxe como consequência a contratação de mão de obra imigrante. No caso dos Estados Unidos, houve um aumento no número de ocorrências em que a legislação foi burlada. No Brasil, de acordo com a autora, ainda é muito cedo para analisar os desdobramentos a longo prazo dessas leis.

2.2 Gênero, raça e classe: o perfil do trabalhador doméstico

Um ditado popular no período escravocrata dizia: “brancas para casar, negras para trabalhar, mulatas para fornicar” (NASCIMENTO, 1978). Apesar de ser uma afirmação cruel, ela denuncia uma estrutura social que por muito tempo foi real no Brasil. Por uma herança histórica, são majoritariamente as mulheres negras e pobres que se dedicam ao trabalho doméstico. Segundo estimativas da OIT, referentes a 2013, dado mais recente disponível no site, existem 67 milhões de trabalhadores domésticos adultos no mundo. Desse número, 80%, ou 55 milhões, são mulheres. Esse dado já bastaria para termos noção da importância do marcador de gênero para essa categoria profissional, mas acreditamos ser primordial vermos quais são as realidades específicas na América Latina e no Brasil.

De acordo com o relatório divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 2019, 11 milhões de pessoas se dedicaram ao trabalho doméstico remunerado nos países latino-americanos. No caso do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁸ referente ao trimestre que se encerrou em novembro de 2020, 4,8 milhões de brasileiros tiraram seu sustento do trabalho doméstico remunerado. Precisamos levar em consideração que, em virtude da pandemia causada pelo coronavírus, uma parte da população acabou perdendo sua fonte de renda. As trabalhadoras domésticas não foram exceção nesse caso. Em novembro de 2019, o Brasil atingiu o recorde histórico, desde o início da PNAD Contínua, de trabalhadoras domésticas, marcando 6,356 milhões de pessoas nessa ocupação.

⁸ Pesquisa que tem como objetivo propiciar uma cobertura territorial mais abrangente e disponibilizar informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional (IBGE). Surgiu em 2012 com o objetivo de substituir a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange às estatísticas do mercado de trabalho.

É unanimidade entre as pesquisadoras do tema (PEREIRA, 2011; BRITES, 2014; SAVICKI, 2019; REZENDE, 2019) que são as mulheres negras e pobres que historicamente ocupam esses lugares. O trabalho doméstico é um excelente exemplo para debatermos como as questões de gênero, raça e classe estão imbricadas com as desigualdades sociais no Brasil (TANAKA, 2017). A contratação de mão de obra barata para trabalhos domésticos denuncia a reprodução de hierarquias sociais. Além de que, a manutenção dessas hierarquias no ambiente doméstico também é consequência da omissão do Estado, no que tange ao acesso dessas trabalhadoras aos direitos trabalhistas. (TANAKA, 2017).

Uma pesquisa divulgada em dezembro de 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que traçou o perfil do trabalho doméstico no Brasil, mostra que, do total de mais de 6 milhões de pessoas que se dedicaram ao trabalho doméstico em 2018, 92% eram mulheres e 63% eram negras — em sua maioria de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda (IPEA, 2019).

O trabalho doméstico no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda. Essa afirmação soaria coloquial não apenas em função da banalização que se faz da presença das mulheres no serviço doméstico, mas também pelo racismo estrutural que, em alguma medida, aprisiona os corpos de mulheres negras nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande durante o período de escravização. (PINHEIRO *et al*, 2019, p.11).

Diante desses dados, é possível notar que há no Brasil uma manutenção de desigualdades quando falamos da categoria das trabalhadoras domésticas. São milhares de mulheres que diariamente se submetem a condições de trabalho não tão favoráveis quanto mereciam. Lélia Gonzales (2018) afirma que a mulher negra, com base em dados da década de 1980, é o “setor” mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual).

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e “escrava de ganho” de ontem (LÉLIA GONZALEZ, 2018, p. 128).

Contudo, de acordo com Brites e Picanço (2014, p. 138), é também através do trabalho doméstico que mulheres pobres e de baixa escolaridade conseguem se inserir no mercado de trabalho, assim como ocorreu no período pós-abolição:

Se por um lado, o trabalho doméstico é dotado de baixo prestígio, por outro, é através dele que mulheres jovens e adultas com baixa escolarização, pouca qualificação profissional, pouco domínio de ferramentas e habilidades sociais valorizadas, tais como “comportamento social adequado”, falar corretamente e se vestir adequadamente para disputar melhores posições no mercado de trabalho, conseguem participar da sociedade de consumo (BRITES, PICANÇO, 2014, p. 133).

Lélia Gonzales (1984) buscou entender quais eram as implicações do mito da democracia racial na vida das mulheres negras na América Latina e principalmente no Brasil. A autora buscou identificar quais eram as consequências do racismo e do sexismo na sociedade brasileira na vida dessas mulheres que eram socialmente inferiorizadas e estavam sob os estereótipos de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”. “Gonzales questiona o lugar naturalizado do negro na sociedade brasileira que, através de uma normatividade racista, busca colocar as mulheres negras estritamente nos lugares de cozinheira, doméstica ou prostituta, enquanto o menino negro se torna o pivete, preguiçoso ou desregrado.

Um dos exemplos mais marcantes em que o mito da democracia racial se reforça é quando a “mulata” perde todo o anonimato para se tornar a “cinderela da passarela do samba”. No carnaval, de acordo com Lélia, “é quando ocorre uma das violências simbólicas contra a mulher negra, porque no outro lado do endeusamento carnavalesco está o cotidiano desta mulher que se transfigura na trabalhadora doméstica” (1984, p. 228). A autora destaca também que ser mulher negra no Brasil é buscar urgentemente uma forma de sustentar a família e “segurar a barra” porque, em muitos dos casos, seu pai, companheiro e irmão ou estão reclusos no sistema prisional ou sendo perseguidos pela força policial.

Um conceito interessante para entendermos de que forma todas essas violências afetam as mulheres negras é o da *interseccionalidade* na discriminação de raça e gênero, estudado há mais de 20 anos pela pesquisadora norte-americana Kimberlé Crenshaw. A autora procura entender de que maneira as discriminações de gênero e de raça atuam juntas para a manutenção das desigualdades sociais e contribuem para o “fracasso” de mulheres negras independentemente das áreas em que atuam.

Crenshaw também destaca que é impossível analisar as experiências de vida das mulheres negras separando as questões de raça e gênero, uma vez que as barreiras impostas socialmente afetam suas vidas a partir dessas duas esferas, resultando em uma discriminação interseccional. Como exemplo de violência interseccional, a autora apresenta as opressões raciais e étnicas contra mulheres. No caso da mulher negra, ela sofre tanto por sua raça quanto por seu gênero.

É primordial, no caso do trabalho doméstico, lembrar que é uma ocupação em que, em alguns casos, não há uma definição de tarefas fixas. Faz parte da realidade dessas mulheres trabalhar aos fins de semana, pernoitar no trabalho e não ter um limite estabelecido de quando se está trabalhando ou não. Oliveira (2020) explica que, por essa figura feminina externa estar convivendo com a família contratante e presenciando momentos íntimos, muitas vezes ela é considerada “da família”, ao menos em teoria. Na prática, é uma pessoa assalariada e detentora de direitos trabalhistas que muitas vezes tem esses direitos negligenciados.

2.3 Saúde mental

Uma questão importante, geralmente subestimada, diz respeito à saúde mental da trabalhadora doméstica. São, na maior parte, mulheres que trabalham por anos e, em muitos casos, acabam sem saber quem são e do que são capazes quando são dispensadas ou se aposentam. Como afirma Brites (2007), a trabalhadora doméstica precisa lidar com a sobrecarga de tarefas domésticas desempenhadas no local de trabalho e com a rotina doméstica da sua própria família. Outro ponto bastante significativo no campo da saúde mental e da subjetividade da trabalhadora doméstica é a relação afetiva criada a partir do contato com as pessoas por ela cuidadas, geralmente crianças e idosos. Muitas vezes, afirma Brites (2007), mulheres aguentam serviços mal pagos para não perder o vínculo com o seu protegido.

Marizete Gouveia e Valeska Zanello (2019, p. 4) estudaram as implicações do racismo na saúde mental de mulheres negras brasileiras:

A permanência do racismo se deu em outras bases: se antes, na escravização, era nítido, ele se tornou insidioso e capilar, muito mais forte e muito mais difícil de captar. No entanto, não ser visto e ou nomeado não torna o racismo menos efetivo, menos danoso, menos adoecedor.

O mito da democracia racial acarretou na elaboração tardia de políticas públicas que possibilitassem reparações históricas. As pesquisadoras concluíram que, no caso do grupo de entrevistadas que participaram do estudo⁹, os principais motivos para que elas buscassem atendimento psicológico foram: sofrimento amoroso, perda de pessoas próximas e mudanças ambientais como, por exemplo, mudança de escola, trabalho ou ingresso no ambiente universitário.

Destaque-se que vivências de 'passagem' podem ser situações ameaçadoras, em geral, para qualquer pessoa. No entanto, podem tornar-se ainda mais interpeladoras em pessoas negras, pelo racismo vivenciado cumulativamente em vários ambientes, como escolas, universidades e mercado de trabalho. (GOUVEIA E ZANELLO, 2019, p. 7)

O psiquiatra francês Louis Le Guillant (apud SILVA *et al.*, 2017)¹⁰ afirma que a experiência vivida por mulheres que se ocupam do serviço doméstico, mesmo que elas não trabalhem mais nessa profissão, deixou ou deixará marcas na sua história enquanto sujeitos. Por mais que elas tentem não absorver suas experiências negativas no ambiente de trabalho, essas vivências deixam marcas que as acompanham ao longo de suas vidas. Essa teoria também foi confirmada por Andréa Amorim (2008), que buscou identificar os efeitos do assédio sexual no ambiente de trabalho sobre a saúde das trabalhadoras domésticas.

Os resultados do estudo confirmam a hipótese de que a história de assédio sexual no trabalho é um possível fator de risco tanto para o consumo abusivo de álcool quanto para a dependência alcoólica entre mulheres com ocupação em serviços domésticos quando adultas. (AMORIM, 2008, p. 40)

Ainda de acordo com Amorim, as principais consequências na vida das mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado são: baixo nível de satisfação no trabalho, frustrações, baixa auto-estima e alta prevalência de sintomas de depressão e ansiedade. A partir desses dados, podemos notar que as condições de trabalho influenciam diretamente na qualidade de vida dessas mulheres. Historicamente as trabalhadoras domésticas encontram um contexto trabalhista vulnerável e que não se preocupa com os impactos do trabalho na saúde mental.

⁹ No estudo divulgado no artigo "PSICOTERAPIA, RAÇA E RACISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE MULHERES NEGRAS" as pesquisadoras tinham como objetivo coletar narrativas de pessoas negras atendidas por psicoterapeutas brancos/as, sobre suas vivências de racismo no cotidiano.

¹⁰ LE GUILLANT, Louis Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. In: LIMA, E. A. (Org.). **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Araújo *et al* (2005) analisaram a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), em mulheres, e descreveram fatores associados à sua ocorrência. Nessa pesquisa, o trabalho doméstico não remunerado foi analisado. Foram entrevistadas 2.055 mulheres, moradoras de Feira de Santana, na Bahia, com idade acima de 15 anos.

Mulheres com alta sobrecarga doméstica apresentaram prevalência de TMC mais elevada (48,1%) do que mulheres com baixa sobrecarga (22,5%). Ajuda doméstica remunerada na realização das tarefas associou-se à baixa prevalência de TMC (28,0%); e elevadas prevalências em mulheres que não recebiam ajuda (47,1%) ou contavam apenas com o auxílio de um homem (46,9%). Outras características estavam associadas à ocorrência de TMC: ser negra ou parda, divorciada/desquitada/viúva, baixo nível de escolaridade, ou de renda, ter filhos, ser chefe de família e não dedicar tempo semanal ao lazer. (ARAÚJO *et al.*, 2005, p. 337).

Com base neste estudo, é possível notar que, apesar de a saúde mental da trabalhadora doméstica ser afetada por diversas violências psicológicas, a presença dessa profissional no cotidiano familiar possibilita que haja um menor índice de adoecimento nas contratantes.

3 TESTEMUNHO

Neste capítulo, apresentaremos a forma como o testemunho pode ser instrumento de poder para pessoas que não conseguiriam amplificar suas vozes se não fossem as redes sociais. Apresentaremos a historiadora Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara. Joyce criou, em 2016, a página *Eu, empregada doméstica* onde passou a compartilhar relatos de trabalhadoras domésticas de várias partes do país. Também abordaremos a forma como as redes sociais apresentam a possibilidade de compartilhar *contranarrativas* que, em outros contextos, não seriam facilmente disseminadas. Falaremos também sobre como as redes sociais podem ser um ambiente fértil para a criação de comunidades virtuais.

3.1 O poder do testemunho

O conceito de testemunho é estudado há muito tempo por diferentes áreas do conhecimento, como a Teologia, o Direito e a Literatura (SELIGMANN-SILVA, 2005). É um fenômeno que esteve e está presente em traumáticos períodos históricos, como guerras e catástrofes. Através do compartilhamento de memórias de sobreviventes que contam o que foi vivido, a história pode ser humanizada. Assim, com o avanço das tecnologias, a humanidade encontra cada vez mais formas de registrar o que é vivido.

O testemunho é um dos melhores fios condutores para se contar uma experiência, possibilitando, inclusive, os estudos sobre acontecimentos do passado como, no caso do Brasil, a ditadura militar que ocorreu de 1964 a 1985. Além disso, ele potencializa as chances de tragédias não serem esquecidas. Amaral (2011) explica que o *acontecimento* é uma experiência, principalmente para aqueles que o viveram, mas também acaba contribuindo para construção de visões sociais e de mundo.

De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2005), pesquisador e professor brasileiro de literatura, o testemunho é um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar. Esses elementos se misturam, porém também se relacionam de forma conflitante. O testemunho tem um papel primordial na comunicação dos acontecimentos para as pessoas que não os vivenciaram. Mas também é sinônimo de emancipação, libertação e ressignificação para aqueles que passaram por

traumas. Mariani (2016, p. 55) define o testemunho como a transmissão aos outros do que foi vivenciado: “Dar testemunho é transmitir, por via oral ou escrita, essa experiência”. A narração da experiência também ajuda a tecer a memória social:

É preciso lembrar, também, que o testemunho tem duplo sentido, ambos importantes e complementares para os estudos da memória. Em uma primeira acepção, testemunhar é presenciar a cena pessoalmente, mas vista de fora, como é recorrente nos documentários nazifascistas que mostram cidadãos que assistem ao aprisionamento dos “indesejáveis” das janelas de suas casas. Embora não estejam sofrendo a ação violenta diretamente, serão capazes de relatá-las décadas à frente e ainda afirmarão: “Eu estava lá... Vi com meus próprios olhos”. Uma segunda acepção de testemunha é de quem viveu pessoalmente a experiência, cujas consequências foram sentidas no corpo. Assim como o primeiro tipo que acompanhou de longe, também será capaz de pronunciar: “Eu estava lá... Senti na própria pele”. (HELLER, VARGAS, 2020, p. 48)

Cabe ressaltar que a mitologia grega narrou o primeiro julgamento da história, quando a deusa Palas Atena presidiu o julgamento de Orestes, um “reles mortal”, na tragédia *Eumênides*, a terceira da trilogia que contou a história dos Atreus. Nessa história, o testemunho é um ator importante porque “a tragédia apresenta um rito jurídico de reintegração daquele que estava fora da lei. [...] Nessa história, existem os jurados que decidem a sentença do culpado a partir do que é testemunhado pelo réu” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 74).

Um dos trabalhos mais utilizados para demonstrar a importância do testemunho foi o livro *É isto um Homem?* (1947), escrito pelo sobrevivente do Holocausto Primo Levi¹¹ (HELLER e VARGAS, 2020; LAGE, 2013; SELIGMANN-SILVA, 2008). Levando em consideração essa obra, Seligmann-Silva elucida que o sobrevivente utiliza a narrativa do trauma como uma forma de renascer, embora muitas vezes essa narrativa seja tão difícil a ponto de o narrador se encontrar solitário, sem uma audiência disposta a ouvir tamanha crueldade (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.66). Portanto, se não houver uma escuta qualificada e disposta a acolher o que está sendo testemunhado, não há testemunho. Aliás, é impossível testemunhar pelo outro. Pessoas sobreviventes de traumas são vítimas. No entanto, elas podem deixar essa posição para construírem, através do

¹¹ Primo Levi nasceu em 1919, na Itália, em uma família judia. Se formou em química, em Turim, onde cresceu. Quando se juntou à resistência contra o fascismo foi preso. Ao saberem da sua origem, ele foi deportado para Auschwitz, um dos mais famosos campos de concentração do nazismo. Levi viajou em fevereiro de 1944, em um trem com 650 mulheres, homens e crianças. Apenas 120 deles foram admitidos como prisioneiros, todos os outros foram assassinados imediatamente em câmaras de gás. No final da guerra, Levi era um dos únicos sobreviventes de seu trem (QUEM FOI..., 2019).

testemunho, uma nova identidade pós-catástrofe. Podemos citar como referência a historiadora Preta Rara, criadora da página *Eu, empregada doméstica* e a ativista pelos direitos das mulheres Maria da Penha.

Além disso, essa passagem pelo testemunho é importante tanto para os sobreviventes quanto para as sociedades: “O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 12).

Conforme os anos foram passando, o conceito de “testemunho” foi compreendido de diferentes maneiras. A partir da década de 1970, os desdobramentos das pesquisas sobre estudos culturais possibilitaram que o conceito de testemunho também pudesse ser agregado a outras guerras, genocídios e tragédias. Ademais, as ditas “minorias sociais” passaram a ter seus discursos qualificados, como é o caso das mulheres, dos soropositivos, da comunidade LGBTQIA+ e dos negros.

Certamente, um dos desafios encontrados pelas testemunhas é que, ao mesmo tempo que testemunhar é libertador, acaba sendo também uma contranarrativa. No caso das trabalhadoras domésticas, é uma contranarrativa ao clássico argumento “como se fosse da família”. Através dos testemunhos, elas podem denunciar injustiças, insatisfações e situações desconfortáveis que tenham vivido. Em alguns casos, a versão dos sobreviventes é diferente da versão oficial contada pelos poderosos, como o Estado (HELLER, VARGAS, 2020). Seligmann-Silva (2008) define o trauma como “um passado que não passa”. Além de que, o autor afirma que todo testemunho é único e insubstituível, porque, “[...] do ponto de vista da vítima, a tragédia sempre é única” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73). Mariani (2016), por sua vez, afirma que o testemunho é um falar urgente para que o acontecimento não seja esquecido por aqueles que não vivenciaram. Ainda, Seligmann-Silva (2010) também define o ato de testemunhar como um ato do presente.

Em alguns casos, o testemunho é negado aos sobreviventes. O negacionismo praticado por alguns líderes políticos, em momentos de conflito, faz

com que os sobreviventes sejam vítimas duas vezes: as mortes são reais e simbólicas. Isso ocorre, por exemplo, no caso do genocídio da população negra no Brasil. De acordo com a plataforma política *Juventudes contra Violência*, os dados do Atlas da Violência 2018 mostraram que, das 61.283 mortes violentas ocorridas em 2016 no Brasil, a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos). No entanto, não se percebe a criação de políticas públicas eficazes para mudar esse cenário. Assim, a banalização da morte de corpos negros faz com que ela ocorra duas vezes.

Lage (2013) lembra que antes o ato de testemunhar era uma exceção. Ocorria a narração de pessoas que tinham passado por traumas tão grandes quanto os campos de concentração. Nos tempos contemporâneos, o testemunho passou a ser regra, sendo sempre narrado para outrem em uma frequência bem maior de acontecimentos.

É através do testemunho que muitos momentos históricos ficam gravados em nossas memórias. Isto, pois, não é apenas um relato sobre um evento de forma abrangente, é o relato de uma vida que foi impactada, alterada e, às vezes, destruída. Amaral (2013, p. 76) fala sobre como a comunicação se beneficia dessa narrativa: “Quando o testemunho fala de dores, cheiros e sentimentos como medo e angústia, dá o tom da veracidade, parece reproduzir a experiência imediata. Autores como Pierre Bourdieu já mencionaram que a comunicação só tem êxito ao suscitar e ressuscitar experiências singulares, socialmente marcadas”.

Desse modo, o testemunho tem valor porque é através dele que pessoas que nunca vivenciaram o trauma podem se sensibilizar com a dor de quem viveu e somar na luta por justiça. Seja em uma matéria, em um documentário ou em um panfleto na rua, o testemunho é muito mais forte do que uma frase de impacto genérica.

Autores que se dedicam a estudar o tema (MARIANI, 2016; AMARAL, 2013; LAGE, 2013; AMARAL, 2011) buscam entender qual o impacto do testemunho na produção de sentidos no trabalho jornalístico. Amaral elucida que o Jornalismo, em seu papel de informar, assume tanto a posição de testemunha como a de testemunha do testemunho: “O jornalismo tem uma função de testemunho (confirmação, vigilância, desenho e hierarquização do espaço social) e de

testemunho do testemunho (ilusão referencial, efeito de real e credibilidade). As entrevistas e, portanto, os testemunhos, funcionam como sinais de marcação de realidade” (AMARAL, 2011, p. 75).

A autora também destaca o fato de que a atividade jornalística se movimenta pelos princípios de saber, fazer crer e fazer sentir (AMARAL, 2011). Já o testemunho acaba por cumprir vários desses papéis. O ato de testemunhar não é politicamente neutro. Nele sempre existirá o nós e o outro, o que demandará um posicionamento. Lage (2013) também destaca o fato de o testemunho, geralmente, vir acompanhado do sofrimento do outro.

O Brasil, no que tange aos testemunhos sobre a ditadura militar, se utiliza da política do “aniquilamento da memória”: “Se não existe ninguém para administrar a prova, ninguém para a admitir, e/ou se a argumentação que a sustenta é considerada absurda, aquele que acusa é indeferido, o dano do qual ele se queixa não pode ser atestado” (LYOTARD¹² apud SELIGMANN-SILVA, 2010) ou seja, o testemunho não acontece. Nas grandes guerras, os genocidas querem exterminar qualquer evidência que seja capaz de relatar todo o mal praticado por ele.

O aniquilamento da memória também se beneficia do fato de geralmente o sobrevivente ter uma sensação ambígua: ao mesmo tempo em que ele se alegra por estar vivo, há também uma culpa em relação aos que não sobreviveram. Em alguns casos, o sobrevivente não se sente preparado para falar, por supor que o trauma foi tão grande que ninguém acreditaria em seu relato. Além das possíveis retaliações que podem surgir quando se testemunha em público (SELIGMANN, 2008).

¹² LYOTARD, J.-F. **Le différend**. Paris: Éditions de Minuit, 1983, p. 22.

3.2 Redes sociais

Apresentamos, a seguir, duas pesquisas que buscam entender o comportamento dos brasileiros na utilização de internet nos últimos anos. De acordo com a pesquisa *Global Digital Overview 2020*, o brasileiro ocupa o terceiro lugar no ranking de populações que passam mais tempo nas redes sociais, com uma média diária de 3 horas e 31 minutos (MORENO, 2020).

Ainda no que tange a presença do brasileiro nas redes sociais, de acordo com a pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), um suplemento da Pnad Contínua, divulgada em abril de 2020, “Entre 2017 e 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o percentual de pessoas que usaram celular para acessar a internet passou de 97,0% para 98,1%, aproximando-se mais da totalidade” (GARCIA, 2020).

Diante desses dados, retomamos a definição de Amaral (2016, p. 79) sobre a sociedade humana tradicional: “uma estrutura de base do sistema social onde ocorrem todas as interações e formas de comunicação”. Ao estudar as redes sociais, a autora afirma que o ciberespaço é um ambiente onde as pessoas existem de forma agrupada na e em rede e, além disso, no qual ocorrem reconfigurações do espaço social por meio de interações mediadas.

Podemos conceituar as interações como relações recíprocas entre indivíduos. É o processo em que, em determinado contexto, dois ou mais atores criam uma relação. Assim, a começar por essas interações, grupos com um mesmo ideal podem ser formados virtualmente. Um grupo social surge de um conjunto de interações que são contínuas e tem a ver com interesses e valores semelhantes (AMARAL, 2016).

Mesmo em um ambiente virtual, os laços sociais podem ser fracos ou fortes. De acordo com Granovetter (apud RECUERO, 2009)¹³, a força de um laço se define pela intimidade, intensidade da relação e tempo de interação. Evidentemente, com a internet passou a ser possível também o aumento dos laços sociais mantidos à distância (RECUERO, 2009). Nesses casos, não importa se as pessoas estão geograficamente distantes, mas sim a proximidade que se cria no ambiente virtual.

¹³ GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p.1360-1380, 1973.

Recuero lembra que, há décadas, pessoas de diversas partes do mundo escrevem, se conhecem e interagem mesmo à distância. São as cartas, o telefone e o e-mail os antecessores das redes sociais que já cumpriam o papel de interligar indivíduos de partes diferentes do mundo. Uma novidade, no que tange a comunicação à distância, que surge com o advento das redes sociais, é a possibilidade de criar comunidades virtuais. Rheingold¹⁴ (apud RECUERO, 2009, p. 137) define a comunidade virtual como:

Agregados sociais que surgem da Rede [Internet], quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos, para formar redes de relações pessoais nos ciberespaços

A partir dessa noção, a autora afirma que uma comunidade virtual é definida “pelo tempo, sentimento das pessoas que se correspondem, discussão pública, pessoas que se encontram e se reencontram ou que mantêm contato pela internet” (RECUERO, 2009, p. 137).

Lemos (apud RECUERO, 2009)¹⁵, por sua vez, define as comunidades virtuais como agregações formadas por pessoas que têm interesses em comum, independentemente das fronteiras ou das demarcações territoriais fixas. Assim, a comunidade virtual pode ser definida como “um conjunto de atores e suas relações que, através da interação social em um determinado espaço constitui laços e capital social em uma estrutura de *cluster*, através do tempo, associado a um tipo de pertencimento” (RECUERO, 2009, p. 144, grifo da autora).

Diversos estudiosos da área de redes definem comunidades como conjuntos de nós que estão muito mais próximos entre si do que dos demais, formando um cluster (Huberman & Adamic, 2003; Adamic & Adar, 2003, 2005 e 2005b; Wilkinson & Huberman, 2003; dentre outros). Essa proximidade é quase sempre associada a uma maior densidade (ou seja, há um número maior de conexões ou de nós que estão em uma comunidade do que entre os demais) ou mesmo a conexões mais fortes ou mais valorizadas (RECUERO, 2009, p. 147-148).

¹⁴ RHEINGOLD, H. **La comunidad virtual**: una sociedad sin fronteras. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

¹⁵ LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002, p.93.

Consideramos essencial apresentar a importância do *Facebook* como um dos grandes exemplos de sucesso no mundo das redes sociais atualmente. Esta rede social surgiu em 2004, nos Estados Unidos. Dados divulgados pela companhia, referentes ao primeiro trimestre de 2020, mostram que a empresa obteve, no período, receita de US\$ 17,74 bilhões e lucro líquido de US\$ 4,9 bilhões. Pela primeira vez, os serviços do *Facebook* (*Facebook*, *Instagram*, *Messenger* e *WhatsApp*) alcançaram 3 bilhões de usuários ativos por mês. Usuário ativo é aquele que acessa qualquer um desses serviços pelo menos uma vez por mês. Se considerarmos só o Facebook, o número de usuários ativos no primeiro trimestre de 2020 ficou em 2,6 bilhões, crescimento de 10% em relação ao mesmo período de 2019 (ALECRIM, 2020).

Anselmino *et al.* (2016) explicam que o *Facebook* acaba se tornando um ambiente virtual em que os discursos privados e públicos se misturam em uma mesma rede. A plataforma também não é um ambiente interessado em promover um debate entre pessoas que pensam diferente. Desse modo, o diálogo que é gerado ocorre entre aqueles que pensam de forma semelhante. Quando o usuário encontra um conteúdo que lhe agrada, ele geralmente passa a dedicar um tempo maior para consumir aquele conteúdo, cumprindo a função pré-determinada pelos criadores e gestores dessa rede social.

É inegável que as redes sociais possibilitaram que discursos de pessoas comuns passassem a ter grande visibilidade. Antes da internet, a opinião de um indivíduo chegava para uma grande quantidade de pessoas de duas formas: em atos públicos, como assembleias e/ou na rua; ou sendo publicada em um meio de comunicação em massa. Atualmente, são nos fóruns virtuais ou em redes sociais, como o Facebook, por exemplo, que opiniões se espalham virtualmente sem que seja necessário o intermédio, ou filtro, de outra pessoa (ANSELMINO *et al.*, 2016) — embora, evidentemente, os algoritmos criem zonas de filtro e os gestores possam bloquear um perfil ou retirá-lo do ar. O fato é que, ainda que sob certa regulação, as redes sociais digitais possibilitaram o exercício dos testemunhos e dos relatos de experiência.

3.3 Preta Rara

Joyce Fernandes tem 36 anos e nasceu em Santos, no litoral de São Paulo. Aos 18 anos começou a trabalhar como empregada doméstica, profissão que exerceu por sete anos. “Foram os piores sete anos da minha vida”, contou Joyce em entrevista à *Cult*, em 2017. Hoje, atua como escritora, apresentadora, *rapper*, modelo *plus size*, poetisa, empresária e criadora de conteúdo. Ficou conhecida como Preta Rara, nome artístico adotado por ela a partir do apelido que ganhou da mãe por gostar de coisas “diferentes” das outras meninas: jogar futebol, escalar muros e escrever rimas (MASSUELA, 2017).

Há 12 anos, Preta Rara constrói seu espaço no cenário musical, trazendo a realidade das mulheres e do povo negro brasileiro para as letras de suas músicas. *Audácia* (2015), seu primeiro álbum solo, reflete isso. Faixas como *Falsa Abolição* e *Negra Sim!* cantam a temática em suas letras, com provocações sobre a situação das mulheres negras no país e a falsa ideia da democracia racial. (PAIXÃO, 2018)

Preta Rara se formou em História, em 2011, pela Universidade Católica de Santos e lecionou, nos seis anos seguintes, em um colégio particular da periferia da cidade (MASSUELA, 2017). Em 2016, quando já trabalhava como professora de História, ela criou a página *Eu, empregada doméstica* no Facebook para compartilhar experiências. Rapidamente, passou a receber relatos, através de e-mail, telefone, mensagem de celular e pelo próprio Facebook, de outras mulheres que também trabalhavam como doméstica e tinham vivido alguma situação de injustiça. Ela selecionou, então, relatos inéditos que recebeu por e-mail para compor o livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, que foi publicado pela editora Letramento em 2019. Além da repercussão em âmbito nacional, Preta Rara foi notada internacionalmente, por exemplo, na Revista “M”, do jornal francês *Le Monde*, em que a trajetória da artista é relatada, bem como alguns dos testemunhos mais chocantes publicados (MOYSÉS, 2019).

No livro, os relatos foram publicados na íntegra, sem nenhum tipo de edição. Segundo a autora, essa escolha ocorreu para “dar voz às mulheres que em algum momento da vida foram silenciadas”. Em entrevista divulgada no site *Gênero e Número*, concedida à jornalista Vitória Régia da Silva (2019), Preta Rara contou como surgiu a ideia de criar a página que três anos depois resultou no livro:

A página foi criada em 2016, a partir dos meus relatos. Naquele ano, eu postei minha experiência como empregada doméstica e recebi muitas histórias iguais ou parecidas com a minha. Sendo historiadora, percebi a autenticidade e qualidade desses relatos e por isso criei a página. Só que no processo, eu vi que as redes sociais têm data de validade – o Orkut “já foi” e o Facebook está cambaleando -, então percebi que esses relatos não poderiam ficar só nas redes, mas tinham que ser mais concretizados. A partir disso, selecionei alguns e resolvi fazer o livro. Ele reúne relatos das trabalhadoras domésticas enviados de forma anônima. São inéditos, nunca foram postados na página, que tem mais de 5 mil relatos atualmente. No livro, trago essa narrativa de quanto o trabalho doméstico é hereditário para as mulheres pretas, por isso trago também o relato da minha avó, da minha mãe e o meu relato. (PRETA RARA apud SILVA, 2019)

Quando questionada sobre a repercussão do livro durante os meses em que ainda ocorriam os eventos de lançamento presenciais, em 2019, Preta Rara relatou quais eram os retornos que estava recebendo:

Várias trabalhadoras domésticas têm comparecido aos lançamentos e podemos conversar nessas ocasiões. Tanto o livro quanto a página são um canal onde elas podem falar livremente de forma anônima. Eu fico feliz com o incômodo que vem gerando. Esse livro é para todos. Os patrões não se manifestaram sobre o livro ainda, mas sobre a página sim. Uma mulher veio falar comigo em um dos meus shows. Ela disse que da mesma forma que falo que o trabalho doméstico é hereditário, ser patrão também é. E que tem revisto suas atitudes com relação ao modo como trata as trabalhadoras (PRETA RARA apud SILVA, 2019).

No site *Mídia Ninja*¹⁶, Preta Rara escreveu um artigo contando um pouco sobre os bastidores de produção do livro, a seleção dos relatos e os objetivos da publicação:

Esse livro contém doses diárias de existir pra resistir e gerar empatia. É indicado para trabalhadora doméstica, patrões, estudantes, mulheres, homens, LGBTQI+. Sim, para todas as pessoas. O processo é doloroso e causa incômodo sim, porque eu acredito que através do incômodo é que vem a mudança. Esse livro ficará eternizado do lugar que não queremos voltar e do lugar que queremos sair. Traz também o questionamento de o que você fará com essa informação? Vai conversar sobre esse tema com quem você se relaciona aí pelo mundo? (FERNANDES, 2019).¹⁷

¹⁶ FERNANDES, Joyce. A senzala moderna é o quartinho da empregada. *Mídia Ninja*, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/pretarara/a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada/>. Acesso em 30 mar 2021.

¹⁷ Artigo publicado no site *Mídia Ninja* em 29 de julho de 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/pretarara/a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada/>

Para esta pesquisa, contatamos a autora Preta Rara para realizar uma entrevista. Atendendo a seu pedido, enviamos por e-mail, em 12 de março de 2021, cinco perguntas sobre o processo de criação do livro, sua repercussão social e a importância da obra para sua vida. Infelizmente, até o fechamento da redação deste trabalho, em 24 de abril, não obtivemos resposta.

A literatura testemunhal brasileira ainda é pequena quando comparada aos outros gêneros literários tradicionais. Essa escassez de materiais acaba por “sequestrar” dos sobreviventes tudo que foi vivido. Mais do que reconhecer que desigualdades sociais ocorreram, é necessário que esses assuntos sejam abordados nos currículos escolares, debates sejam propostos e os responsáveis sejam apontados (SELIGMANN-SILVA, 2010). Esse silenciamento possibilita que injustiças passem “em branco” na História, e por isso o livro organizado por Preta Rara é tão relevante.

4 ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS

Identificados os desafios do trabalho doméstico remunerado no Brasil e a utilização do testemunho e das redes sociais como ferramentas de denúncia e criação de comunidades, neste capítulo apresentamos a metodologia e os resultados da análise. Conforme anteriormente elucidado, os testemunhos que foram analisados são os de trabalhadoras domésticas (TDs) compartilhados no livro *Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019). Logo, nosso objetivo é identificar, na narrativa dessas trabalhadoras, os sentidos sobre as suas experiências e percepções nas relações com os patrões. Para tanto, a metodologia escolhida foi a Análise do Discurso (AD).

4.1 Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) se propõe a compreender de que forma os discursos constroem sentidos entre locutores. Esta metodologia de análise é, segundo Marcia Benetti (2016), uma das formas de problematizar a linguagem. É importante destacar que o texto, em AD, é apenas uma materialidade discursiva em potência, por onde ocorre a relação entre os sujeitos. Dessa forma, compreende-se que é através do texto que o sujeito pode assumir o papel de ser enunciador ou de ser quem interpreta. Além disso, em AD, o texto não se refere apenas à linguagem escrita ou falada, mas a outras manifestações, como, por exemplo, vídeos (inclusive sem diálogo), fotografias, pichações e músicas instrumentais (BENETTI, 2016).

Eni Orlandi (2000, p. 15) define a AD como “a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Ou seja, a Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação entre o ser humano e a realidade social em que ele está inserido, propondo-se a entender a produção de sentidos como parte da vida desses sujeitos — tanto enquanto seres individuais quanto como seres que vivem em sociedade.

Benetti (2016) destaca que o discurso ocorre entre sujeitos. O sujeito que enuncia, no entanto, não fala com total liberdade. Michel Pêcheux, fundador da análise do discurso de linha francesa, na década de 1960, afirmou que não existe discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2000). Isto, pois

cada indivíduo está condicionado por uma cultura, uma ideologia e por condições históricas e materiais. Porém, não está totalmente assujeitado, explica Benetti (2016), tendo em vista que há uma tensão entre o que é trazido de único por esse sujeito e o que o constitui socialmente. Pêcheux (apud BENETTI, 2016)¹⁸, por sua vez, chama atenção para o fato de que cada sujeito ocupa um “lugar determinado na estrutura social” e isso fica nítido nos processos discursivos.

Esse “lugar” ocupado pelo sujeito vem, na maioria das vezes, já pré-definido com um discurso esperado. Tal sujeito também pode ocupar diferentes lugares de acordo com a situação em que se encontra. Peguemos como exemplo uma mulher jovem que mora no Brasil e trabalha como professora na rede estadual de ensino. Ela, ao longo do dia, assume diferentes posturas e discursos: pode ocupar a posição de filha, profissional, militante e muito mais. Cada um desses lugares definidos socialmente vai exigir dela uma postura diferente. Ao mesmo tempo, explica Benetti, o interlocutor que vai interpretar seus discursos, suas posturas, também se situa ocupando uma certa posição que não faz desse interlocutor totalmente livre. Dessa forma, é possível compreender que para que seja possível interpretar qualquer discurso é preciso entender que esses sujeitos estão nesse “jogo” de posições que se alternam constantemente.

A partir de cada posição de sujeito, os indivíduos fazem perguntas que determinam de que forma cada discurso é criado. Benetti cita o que Pêcheux definiu como a *formação imaginária*, que funciona como uma antecipação de si e do outro. O enunciador se questiona “quem sou eu para lhe falar assim?” e sobre o destinatário “Quem é ele pra que eu lhe fale assim?” (BENETTI, 2016, p. 237). Dessa maneira, sempre que uma situação foge à regra do que é considerado previsível, gera surpresa. Pensemos em uma cerimônia de casamento, quando os noivos precisam ler os votos, diante de testemunhas que foram convidadas, o socialmente esperado é que ambos estejam fazendo isso de livre e espontânea vontade. Portanto, espera-se que ambos digam sim. Quando, independentemente do motivo, um dos noivos diz não, há uma ruptura.

¹⁸ Pêcheux, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise do automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

A AD parte do princípio de que a linguagem não é transparente, resultando, assim, em um discurso opaco que é atravessado pela ideologia (ORLANDI, 2000). Essa linguagem, no entanto, é apresentada como se fosse transparente. A autora destaca que o estudo do discurso “explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam e se afetam em sua relação recíproca” (ORLANDI, 2000, p. 43). Ademais, Orlandi afirma que as palavras não são propriedade privada:

Elas significam pela história e pela língua. Assim o sujeito sabe o que diz, mas não pode ter controle sobre os sentidos que constituem. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (ORLANDI, 2000, p. 32).

Pêcheux (apud ORLANDI, 2000) percebeu a existência de dois esquecimentos no discurso. Um deles ocorre durante a enunciação, quando o sujeito opta por dizer de certa maneira e não de outra, algo deixa de ser dito. Esse “esquecimento”, explica Orlandi (2000), produz nos sujeitos a impressão de realidade do pensamento. Dessa forma, a ilusão referencial faz com que acreditem que algo só pode ser dito do jeito que é dito e não de outro. O outro esquecimento, chamado de esquecimento número um, é o ideológico. Ele é inconsciente e faz ter a ilusão de que a origem do que é dito está no sujeito — quando, na verdade, o que ocorre é a retomada de sentidos pré-existentes.

Outros dois conceitos bastante importantes para a análise do discurso são a polissemia e a paráfrase. Orlandi (2000) define os processos parafrásticos como aqueles em que há algo que sempre se repete. É o retorno para o mesmo espaço do dizer, a memória. Já a polissemia é o deslocamento, a ruptura de processos de significação. A polissemia e a paráfrase estão sempre presentes de forma alternativa nos discursos:

Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem os discursos, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizemos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia, nem sempre são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história (ORLANDI, 2000, p.37).

Por fim, trazemos o conceito de *Formação Discursiva* (FD), que é a materialização, no texto, de uma ideologia, uma corrente de pensamento, um modo de ver o mundo. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2007, p. 111).

Assim, os sentidos presentes no texto se inscrevem em determinadas Formações Discursivas que, por sua vez, representam Formações Ideológicas atuantes na sociedade. Benetti (2007), em referência a Pêcheux (1995) conceitua a FD como “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito” naquele lugar de fala. Ao identificar uma FD, o analista consegue reunir um sentido que se repete em diferentes textos. É o que a autora denomina como “região de sentidos” que possibilita que sejam identificados os sentidos nucleares. Mesmo que seja dito de diferentes maneiras, quer dizer a mesma coisa.

Grosso modo, uma formação discursiva é uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (formação ideológica), e o sujeito se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva. A delimitação de uma formação discursiva se dá na relação com outras formações discursivas, em um movimento de tensionamento, complementação ou distinção (BENETTI, 2016, p.240).

Além dos conceitos abordados até aqui, é necessário entender de que forma será realizada a análise dos sentidos presentes nos relatos das trabalhadoras domésticas. Primeiramente, explica Benetti (2016), é preciso entender que o analista ocupa uma posição de sujeito. O pesquisador(a) também é atravessado por questões ideológicas e culturais que influenciarão a forma como ele irá interpretar os discursos. “O texto é tomado, pelo analista de discurso, como um objeto opaco, complexo e não evidente, que irá ser questionado em busca de seus sentidos, sujeitos ou relações, o que significa levar em consideração os processos que possibilitaram sua existência” (BENETTI, 2016, p. 243).

Assim que o texto é explorado, Benetti recomenda que sejam identificadas as Formações Discursivas (FDs). As FDs, explica a autora, devem ser nomeadas e podem ser numeradas, e isso varia de acordo com o pesquisador. No entanto, geralmente, elas são identificadas como FD1, FD2, FD3 etc. O importante é que elas sejam nomeadas, de forma a indicar o sentido principal. Como a análise será feita

em torno de um problema de pesquisa, o analista irá mapear os sentidos que melhor respondem a esse problema de pesquisa.

Numa análise de sentidos, como a que fazemos neste trabalho, as FDs acabam expondo quais semelhanças fazem parte do imaginário de indivíduos que não se conhecem mas compartilham da mesma cultura e ideologia. Eles são afetados por algo que é anterior e externo a cada um deles. E, por mais que pareçam atitudes isoladas, na realidade, fazem parte de um discurso que se perpetua. Eni Orlandi (2000) afirma que a formação discursiva é o que possibilita que o analista estabeleça regularidades no funcionamento do discurso. Dessa forma, as palavras não têm sentido nelas mesmas mas “elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (ORLANDI, 2000, p. 43). Ao mesmo tempo, Orlandi destaca que não podemos pensar nas FDs como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são heterogêneas, fluidas e constituídas pela contradição.

Assim, é necessário explicitar que não cabe ao analista fazer comentários com base em sua impressão. O quadro das FDs precisa ser justificado pelos textos em análise. Para comprovar as FDs o analista irá selecionar Sequências Discursivas (SDs) que são trechos recortados arbitrariamente do texto e que posteriormente serão utilizados no relato de pesquisa. Na análise, explica a autora, é realizado o caminho inverso do discurso: “partimos do texto para o que lhe é anterior e externo” (BENETTI, 2007, p.115).

4.2 Corpus

A construção do corpus e a análise estão intimamente ligados, uma vez que “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2000, p. 63). Além disso, a autora reitera que a AD não busca a exaustividade horizontal ou a completude do objeto empírico, porque ele é inesgotável.

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão (ORLANDI, 2000, p. 63).

O livro *Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019) foi escolhido por ser resultado de uma página do Facebook, o que possibilitaria identificar a força do testemunho voluntário, provocado pela existência de uma comunidade no ambiente virtual. A página chamou atenção pela diversidade de relatos e pelo grande número de testemunhos enviados. Até 2019, a página já contabilizava 5 mil relatos. Como explicado no item 3.3, no qual narramos o processo de produção do livro, segundo Preta Rara, a ideia do livro era reunir os relatos em um lugar perene, que não houvesse o risco de sair do ar a qualquer momento, como pode ocorrer com as redes sociais.

A publicação contém 286 relatos que foram selecionados por Preta Rara e ainda não haviam sido publicados na página do Facebook. Esses depoimentos não são originalmente numerados e nem mesmo divididos por categorias. Entre os relatos, há histórias vividas por quem estava escrevendo para a página, mas também há muitas pessoas contando histórias vividas por terceiros, como amigos, avós, mães. Diante da grande quantidade de testemunhos, estabelecemos critérios de seleção e decidimos analisar apenas os relatos autorais, que tratam das experiências vividas pelas próprias depoentes. Assim, fizemos a primeira contagem para identificar o número total de depoimentos que fariam parte do corpus. O próximo passo foi identificar e numerar os testemunhos autorais, tendo como resultado 98 textos.

Independentemente dos discursos e sentidos encontrados nos relatos, uma característica que chamou bastante a atenção foi o fato de muitas mulheres demonstrarem, em seus textos, a confiança depositada em Preta Rara. Elas deixaram evidente, em alguns casos, o fato de antes não terem compartilhado aquelas vivências nem com as pessoas mais próximas. Uma delas disse: “Não falo desse assunto com ninguém, poucas pessoas sabem desse meu passado e tenho pesadelos e noites mal dormidas [...] eu não sei porque estou relatando isso se dói tanto em mim lembrar, mas por algum motivo estou aqui”. Outra escreveu: “até hoje nunca contei isso para ninguém...”.

Outro aspecto marcante foi como algumas mulheres fizeram questão de expressar a magnitude da importância da iniciativa de Preta Rara de criar a página e compartilhar os relatos. “Eu achei a sua iniciativa maravilhosa. Dar voz às pessoas historicamente marginalizadas é algo extremamente necessário. A sua atitude é humana e louvável, parabéns”, escreveu uma delas. “Em meio a tantos preconceitos podemos desabafar e conscientizar por meio de depoimentos que expõem atitudes tão abusivas e absurdas. Mais uma vez obrigada e parabéns”, compartilhou outra.

Além disso, algumas delas demonstraram o desejo de uma vida profissional mais feliz para todas, mesmo que provavelmente poucas se conhecessem presencialmente: “Um grande abraço e para aquelas que estão passando por situações semelhantes, eu desejo que não desistam de vencer a cada dia”, “levei muito tempo para recuperar a autoestima e a dignidade. Mas hoje superei”, “estudei para o vestibular, passei e hoje curso o 6º período de Ciências Econômicas em uma universidade federal”.

É evidente que não temos instrumentos para verificar a veracidade do que está relatado nos testemunhos, mas a própria repetição de sentidos em vários depoimentos permite estabelecer uma certa confiabilidade. A expressão dos mesmos sentimentos por depoentes diferentes também confere um caráter de autenticidade a esses relatos.

4.3 Os sentidos sobre as trabalhadoras domésticas

Neste item, apresentamos os resultados da análise dos 98 testemunhos que compõem o corpus da pesquisa e explicamos os procedimentos de aplicação do método. Após a leitura atenta de cada relato, foi possível identificar os sentidos que respondiam à questão de pesquisa e quais sentidos se repetiam. Após diversos movimentos de leitura dos testemunhos, identificamos cinco Formações Discursivas que constroem sentidos sobre as depoentes:

- 1) A trabalhadora doméstica humilhada;
- 2) A trabalhadora doméstica explorada;
- 3) A trabalhadora doméstica assediada;
- 4) A trabalhadora doméstica supostamente desonesta;
- 5) A trabalhadora doméstica respeitada.

Sendo assim, a partir da definição das Formações Discursivas (FDs), realizamos uma nova leitura, dessa vez para identificar as Sequências Discursivas (SDs) que se enquadravam em cada formação — lembrando que sequência discursiva é um trecho recortado pelo analista e que contém respostas à pergunta de pesquisa. Um texto pode ter mais de uma sequência discursiva, enquanto uma sequência discursiva pode trazer dois sentidos distintos, filiados a FDs distintas. Na tabela 1 (a seguir) é possível ver quais sentidos foram encontrados em cada Formação Discursiva e quantas Sequências Discursivas (SDs) se enquadram em cada uma dessas FDs.

Localizamos 149 sequências discursivas, que foram numeradas de SD1 a SD149. Sete delas trazem mais de um sentido, portanto estão filiadas a mais de uma formação discursiva. Para perceber os movimentos de dominância do discurso e identificar os sentidos mais frequentes, mapeamos a incidência dessas SDs — então nosso cálculo é feito sobre as 156 incidências, que mostram a inscrição a essas cinco formações discursivas. Logo, para efeito de cálculo de porcentagem, 100% correspondem a 156 incidências. Na tabela 2, mostramos a porcentagem de cada FD.

Tabela 1 - Formações Discursivas

FORMAÇÕES DISCURSIVAS (FDs)	EIXOS DE SENTIDOS	NÚMERO DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)
FD 1 - A trabalhadora doméstica humilhada	Humilhação pela comida	78
	Humilhação pela violência	
	Humilhação por marcadores de raça, gênero, profissão, classe social	
	Humilhação pelo espaço da casa (do contratante) e uso de utensílios domésticos	
	Humilhação pela capacidade intelectual	
FD 2 - A trabalhadora doméstica explorada	Exploração pelo excesso de tarefas	32
	Exploração pelo excesso de horas trabalhadas	
	Exploração pelas condições indignas de trabalho	
	Exploração pela baixa remuneração	
FD 3 - A trabalhadora doméstica assediada	Tentativa ou efetivação de abuso sexual	19
FD 4 - A trabalhadora doméstica supostamente desonesta	Desconfiança por medo de ser roubado	18
	Acusações explícitas de desonestidade	
	Aplicação de teste de honestidade	
FD 5 - A trabalhadora doméstica respeitada	Respeito pelo tratamento recebido	9
	Respeito pelas boas condições de trabalho	
Total de incidência das Sequências Discursivas	-	156

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2 - Incidência das SDs nas Formações Discursivas

FORMAÇÕES DISCURSIVAS	TOTAL DE SDs	PORCENTAGEM DE SDs
FD 1 - A trabalhadora doméstica humilhada	78	50%
FD 2 - A trabalhadora doméstica explorada	32	20,61%
FD 3 - A trabalhadora doméstica assediada	19	12,27%
FD 4 - A trabalhadora doméstica supostamente desonesta	18	11,63%
FD 5 - A trabalhadora doméstica respeitada	9	5,86%
Total	156	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

A seguir, apresentamos cada Formação Discursiva e trazemos algumas sequências que ilustram os sentidos construídos nos testemunhos.. É importante frisar que os relatos estão reproduzidos nesta pesquisa exatamente como constam no livro, sem nenhuma edição ou correção. Ainda, ressaltamos que, em cada exemplo, destacamos em **negrito** os trechos que instituem os sentidos.

4.3.1 A trabalhadora doméstica humilhada

Durante a análise foi possível identificar que a FD 1 é composta pelo maior número de sequências discursivas, representando 50% do corpus. Assim, na formação discursiva “trabalhadora doméstica humilhada” foram identificados os seguintes eixos construtores de sentidos: 1) humilhação pela comida; 2) humilhação pela violência; 3) humilhação por marcadores de raça, gênero, profissão, classe social; 4) humilhação pelo espaço da casa (do contratante) e uso de utensílios domésticos; 5) humilhação pela capacidade intelectual.

Como estamos trabalhando com depoimentos que relatam experiências dos depoentes com outros sujeitos, podemos perceber, em todas as SDs, a operação do conceito de formação imaginária, ou seja, uma antecipação da representação de si e do outro. Quando os patrões se sentem no direito de humilhar mulheres que estão prestando algum tipo de serviço, através de falas ou atitudes, ainda que de forma inconsciente, surgem as perguntas: “quem sou eu para lhe falar assim?” e “quem é ela para que eu lhe fale assim?”.

Considerando que as humilhações são exercidas com base em diferentes mecanismos, julgamos importante destacar estatisticamente a ocorrência de cada uma delas. Na tabela 3 é possível perceber os resultados encontrados:

Tabela 3 - FD 1 - Trabalhadora doméstica humilhada

FD 1 - A trabalhadora doméstica humilhada	TOTAL de SDs	PORCENTAGEM de SDs
Humilhação pela comida	49	61,92%
Humilhação pela violência	11	14,30%
Humilhação por marcadores de raça, gênero, profissão, classe social	10	13%
Humilhação pelo espaço da casa (do contratante) e uso de utensílios domésticos	4	5,50%
Humilhação pela capacidade intelectual	4	5,50%
Total	78	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Humilhação pela comida

A análise mostra que se repete bastante, nos depoimentos, a forma como as relações de poder são exercidas a partir do alimento. Quer fossem por trabalhadoras domésticas que eram proibidas de comer no horário que quisessem, quer fossem situações em que os patrões faziam “boas ações” doando alimentos que já não serviriam mais para sua família.

Henrique Carneiro (2005) explica que a alimentação sempre foi vista pela humanidade como um ato repleto de simbologia. Os costumes alimentares podem apresentar as ideologias morais e religiosas, a organização política e os tabus de uma civilização. Nesse sentido, o autor expõe a forma como a escassez e a abundância de alimentos podem representar hierarquias sociais:

O alimento é o primeiro e o maior dos paradigmas do comportamento moral, ou seja, da aquisição de autocontrole. Desde o aprendizado do choro para a obtenção do seio materno até a introjeção de todas as regras dos horários, das quantidades e das qualidades dos alimentos, das formas de sua ingestão, que o alimento marca a formação das regras na infância (CARNEIRO, 2005, 75).

Enquanto isso, Janine Collaço e Renata Menasche (2015, p. 6), destacam a forma como o consumo de alimentos constitui “uma articulação entre as dimensões materiais e simbólicas, revelando práticas e representações associadas a esses processos que nos oferecem formas de tratar questões de identidade, uma vez que expressam relações sociais e de poder”. Dessa forma, quando mulheres são proibidas de comer estão, simbolicamente, sendo proibidas de exercer sua liberdade dentro daquele espaço. Como pode ser visto nos exemplos a seguir:

Desde ser proibida de comer, proibida de tomar banho, comer só depois de tudo limpo e o que sobrasse dos patrões, ser acusada de furto, não receber pagamento.(SD 136, T89)

Pão só podia comer o dia anterior, eu queria levar minha marmita, mas ela perguntou porque se tinha comida na casa. E que pobre tinha mania de encher barriga.(SD 139, T90)

Outras duas maneiras encontradas pelos patrões de demonstrarem sua autoridade através do ato de alimentar-se eram cobrando que as trabalhadoras se alimentem somente após servi-los e controlando a quantidade (e o cardápio) de suas empregadas. Essa atitude demonstra o quanto uma classe tem mais poder e,

consequentemente, mais privilégio. É como se se tornasse aplicável o ditado popular “manda quem quer, obedece quem precisa” - ou “quem tem juízo”. Como pode ser visto nos exemplos a seguir:

Uma outra não nos dava nada pra comer somente um prato de comida que ela mesmo tirava, não podia comer mais nada só tomava água e tínhamos que almoçar no quartinho dos fundos do lado de fora da casa tinha que sentar no chão. (SD 5, T4)

Lembro que trabalhei em uma casa, onde no primeiro dia preparei um peixe para os donos da casa. Na hora do almoço, a patroa convidou-me à mesa, para minha surpresa. Mas para surpresa maior **a comida que eu havia preparado não era para mim. Sem que eu soubesse, havia um arroz com salsichas para as empregadas eu e uma menina que fazia o serviço mais leve. Quando nos servimos, ela jogou um pedaço de peixe em nossos pratos e falou: para que as lombrigas não saltem pela boca.** (SD 123, T81)

Outro exemplo bastante recorrente nessa FD é o de trabalhadoras que eram obrigadas a comer, literalmente, os restos dos pratos dos donos das casas. Segundo Carneiro (2003, p. 2), “O que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”. Todas essas variáveis estão intrinsecamente ligadas às relações de poder. Quando um patrão impõe ao empregado que coma seus “restos”, “aquilo que sobrou”, está subjugando o outro. É o que podemos observar nos trechos que seguem:

Quando completei 12 anos, ainda ali naquela casa, **comendo o que sobrava, normalmente para mim era a comida do outro dia que sobrava a deles era feita na hora, normalmente por mim..**

(SD 76, T52)

Acordei, fiz tudo e fui me sentar a mesa com todos! Minha patroa logo perguntou o que você pensa que está fazendo? Olhei assustada, pois o que estaria fazendo de errado? **Ela então completou: você tem que tomar o café na cozinha! E o certo!** Levantei, mas não entendi! Logo depois de deixar as crianças na escola ela me orientou: **você faz as refeições, serve a mesa e só come depois de todo mundo comer! E daí pra frente passei a comer os restos que sobravam das refeições! Às vezes, não sobrava nada, então eu ficava com fome!** (SD 9, T6)

Meu primeiro emprego de doméstica foi aos 10 anos, eu fazia de tudo. **Na hora do almoço eu esperava todos da casa comerem e depois a patroa juntava os restos de arroz e feijão pra me dar.** E teve um mês que ela não pagou meu salário pq eu quebrei um cisne de decoração. (SD 31, T22)

Nas horas das refeições, tinha que servi-los na mesa e somente quando terminavam de comer e que eu podia recolher e me alimentar daquilo que sobrava nas louças. Ela a patroa fazia questão de dizer agora: você pode comer o que sobrou! (SD 147, T97)

Em alguns depoimentos, as trabalhadoras relatam o fato de suas patroas insistirem para que levassem comida estragada para casa. Apesar de chocante, o fato é visto pelas contratantes como uma benfeitoria. Lúcia Helena Soratto (2006) afirma que, realmente, algumas patroas têm como práticas, há anos, realizarem doações.

De fato, os presentes, doações e favores são práticas comuns entre patrões e empregados nos serviços domésticos, muito mais que em outras profissões. As concessões incluem os presentes propriamente, para a empregada ou para os seus filhos em datas comemorativas ou como lembranças trazidas de viagens ou de passeios, as doações de alimentos, produtos de limpeza, utensílios domésticos, roupas, móveis usados (SORATTO, 2006, p. 209).

O que problematizamos nesta análise não é a doação em si, mas sim a crueldade de doar alimentos — como já vimos, um produto cheio de simbologia de poder — que não podem mais ser utilizados. Como é possível identificar nos relatos que seguem:

Ola, sempre fui empregada doméstica e passei por muita coisa desde **comer comida estragada** e abuso psicológico. Trabalhei em uma casa em que dormia no serviço e a patroa abusiva gritando me humilhando e as criança nem encostavam em mim com nojo por eu ser negra, e os pais riam. (SD 2, T2)

Trabalhei em uma casa em q **a patroa me ofereceu uma laranja podre e falou q dava para aproveitar um lado. E me dava o almoço que estava a vários dias na geladeira.** (SD 80, T55)

Quando tinham alguns alimentos vencidos a patroa mandava distribuir para os empregados levar para casa. (SD 27, T19)

Outro posicionamento bastante expressivo por parte das contratantes é o de que as trabalhadoras domésticas não teriam um paladar sofisticado para comer a mesma comida servida para a família. Acreditamos que, por puro preconceito, a empregada doméstica era vista como alguém acostumada a comer apenas coisas básicas como feijão e arroz.

As refeições eram sempre a mesma comida para os empregados: Mão de vaca cozida. (SD 22, T16)

A patroa comprava os filés, e só comia peixe, **fazia as crianças repetirem pra não deixar sobrar. E pra nós os empregados só sobrava arroz e feijão, e ela dizia "elas entendem, é um peixe caro elas nem vão saber apreciar".** (SD 124, T82)

A casa era muito grande e havia muitos empregados e convidados dos donos da casa. Todos os dias a comida era farta e havia dias inclusive, que ia um buffet cozinhar p eles. Porém, **os empregados não podiam comer essa comida e minha tia cozinhava uma comida diferente e mais simplória pra gente (e nem preciso comentar que os talheres e pratos eram**

separados né?) Sempre sobrava alguma coisa da comida deles, mas mesmo assim não podíamos comer. (SD 20, T15)

Um dia, na hora do jantar, **usei um pouco de pimenta do reino dela** para colocar no meu prato. **A mulher fez um escândalo, disse que aquilo era muito caro, que aquelas pimentas eram dela e da família dela. Não era pra eu usar na comida da empregada.** (SD33, T24)

Quando eu estava com 16 anos era babá de 3 meninos filhos de doutores. Um dia os meninos queriam coca cola e eu servi. Coloquei um copo pra mim. **O pai deles entrou na cozinha e me proibiu de beber isso na frente dos meninos. Ele jogou a minha bebida na pia.** (SD 120, T79)

Por fim, a última observação que fizemos referente à humilhação pela comida, foi que a trabalhadora doméstica não tem o direito de se alimentar à mesa com os patrões. Existe uma exigência que a trabalhadora coma somente na cozinha ou em áreas que não são frequentemente usadas pelos patrões.

Minha experiência durou apenas 3 dias e foram os mais humilhantes da minha vida. Logo no primeiro dia, eu já tive que fazer serviço acumulado de meses, **não pude comer na mesa e nem a mesma comida**, além do patrão olhando o tempo todo e dando a entender coisas desagradáveis. No segundo dia, ela me colocou pra passar roupas, que não era minha função, e disse que era pra ocupar meu tempo vago, uma vez que ela não me pagaria pra ficar parada. No último dia, o pior de todos, eu já exausta de tantas humilhações, de ouvir que tinha que fazer tudo do jeito dela, de ter que ouvir cantadas desaforadas do patrão e ter que ouvir que teria que lavar o banheiro com escova dental, ainda tive que lavar o canil descalça pisando nos excrementos do cachorro e ouvir que eu teria que lavar calcinhas enroladas e sujas de menstruação "na mão" pra não estragar a renda. (SD 42, T28)

As regras foram colocadas já no primeiro dia: **"Você não senta na mesma mesa que a família, sua comida é a que sobrou de ontem e a que sobrar hoje, você não pode comer, deve guardar para comer amanhã (e se não sobrasse? Faça sobrar). Não come da família, lembre-se, você não é minha filha, é a empregada da família. No café da manhã, você pode comer o pão de ontem, leite com café. O achocolatado (na época o Toddy), é do meu filho e ele não gosta que mexam.** Só vá dormir depois da família, pode ser que precisemos de você. Fique na saleta ao lado até acabar a novela (essa é uma das partes de maior sofrimento, mesmo que eu estivesse cochilando na mesa ao lado, só me liberava, depois que o marido se recolhia...). acorde às 5h e vá na padaria (sozinha, numa rua escura, num bairro nobre, onde na época, a construção de edifícios estava em alta, eram 4,5 ou mais num mesmo quarteirão, DEUS ME PROTEGEU! Na fila do pão raramente havia um ser pelo qual eu pudesse sentir um mínimo de segurança, só haviam homens, e eu ficava nessa fila por longos minutos e voltava no mesmo breu e rua deserta). Você amassa o pão de queijo e assa, e eu já contei e se faltar um, eu vou saber (eu tinha direito a comer um, aquele que ela escolhia, e se ficassem velhos demais, pq ninguém comeu, iam p lixo, ela ficava ao lado para certificar que eu não "roubaria" nenhum. (SD 99, T67)

Disse: **"Se você não se sente à vontade em sentar à mesa com a gente e jantar, você pode fazer isso depois que a gente terminar, e depois de vc limpar a cozinha"**. (SD 116, T78)

Humilhação pela violência

O segundo sentido identificado dentro da FD 1 é da trabalhadora doméstica que é humilhada pela violência. Nesses casos, nos referimos tanto a violências verbais quanto a agressões físicas, como veremos nos exemplos que seguem. Segundo Rose Serafim (2021), mesmo não sendo de amplo conhecimento, as trabalhadoras domésticas podem, dependendo de cada caso, se enquadrar na Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), no que se refere às agressões cometidas pelos contratantes. Ademais, achamos relevante retomar o conceito de assédio moral no ambiente de trabalho. Andreia H. Robert de Oliveira (2020, online) define assédio moral como "o ato em que o trabalhador é submetido a situação de humilhação no ambiente de trabalho, seja com relação aos colegas, aos superiores hierárquicos ou em relação às atividades desenvolvidas, podendo atacar a dignidade do trabalhador, tanto na esfera física, quanto na esfera emocional".

Atrasei para descer do prédio até o estacionamento e ajudá-la a descarregar as compras. Nossa **Ela ficou um tempão me ofendendo chamando-me de filha da puta** (SD 52, T36)

Em outra casa, fui trabalhar tomando conta de duas crianças, só que ela era muito exigente. Certo dia eu estava brincando com as crianças quando **a menina menor começou a gritar dizendo que eu tinha dado nela, (sendo que eu não tinha encostado nela) ai a mãe das meninas partiu pra cima de mim e me bateu no rosto.**(SD 65,T45)

Um dia a mulher chegou nervosa em casa gritou comigo: **bichinho babá não é só pra cuidar de criança não. Quando eu falar pra você pega aquilo ali você pega na hora, não deixa pra depois não, tá bom.** (SD 126, T83)

Essas violências podem ocorrer tanto de forma privada, sem que haja testemunhas, quanto de forma pública em que a agressão é presenciada por outras pessoas, sejam elas da família ou não. A análise mostra que essas agressões, tanto físicas quanto verbais, são cometidas, majoritariamente, pelos adultos da família:

No final da festa me humilhou na frente de todos e o enteado também. Nas próximas festas, **passei a ficar responsável pelo banheiro porque ela disse que se eu fizesse uma "cagada", ninguém veria**, Trabalhei na limpeza do banheiro tranquilamente, mas **me doía no coração aquela humilhação pública** que tive no pós-festa e que minhas tentativas de

argumentar não valiam nada. Tentei justificar o que tinha acontecido, mas o enteado tirou o corpo fora. Não tive voz. (SD 37, T26)

Uma vez minha patroa mandou eu fazer um suco de laranja pra filha dela e a avó sempre se intrometia nas coisas que eu fazia. Antes da menina tomar ela deu um gole e foi correndo falar pra filha que o suco estava muito adocicado. **Imediatamente a minha patroa queria me forçar a beber o suco todinho. Ela gritava comigo me dando ordens e eu tinha 15 anos apenas.** (SD 51, T36)

Um dia estava preparando a mesa pro café da manhã na casa em que eu trabalhava, e senti umas fortes cólicas. Corri pro banheiro de empregada no térreo da casa para verificar. **Quando retornei, uns dois minutos depois, o casal de patrões estava à mesa e de muito mau humor patroa falou: "Telma, estava faltando a colher de mexer o café. Meu marido precisou levantar e pegar sozinho ali na gaveta porque você não colocou na mesa!"**(SD 67,T46)

Humilhação por marcadores de raça, gênero, profissão, classe social

O terceiro sentido identificado na FD 1 é aquele em que a humilhação ocorre alicerçada em um ou mais marcadores de raça, gênero, profissão e classe social. Como se, ao pertencer a algum desses grupos, essa profissional fosse menos digna de respeito. Também fica evidente a forma como os contratantes julgam que essas mulheres seriam menos saudáveis ou menos íntegras especificamente por serem pobres ou por morarem em comunidades em situação de vulnerabilidade.

Nesses casos, podemos notar a presença do conceito criado pela pesquisadora norte-americana Kimberlé Crenshaw: a interseccionalidade, apresentado no item 2.2. Essas violências simbólicas e que afetam a saúde mental dessas trabalhadoras, em alguns contextos, ocorrem pelo sujeito oprimido ser mulher, negra e/ou pobre. Nas SDs a seguir, é possível notar algumas das situações em que essas violências ocorrem:

O marido dela chegou chamando palavrão comigo, me chamando de negra, ele disse que pobre negro, só servia para ser empregado de gente rica. (SD 64, T45)

E ao tentar conversar com ela, **ela me demitiu dizendo que eu era uma neguinha favelada mentirosa.** Eu tinha 12 anos. (SD 40, T27)
Fui contar para a minha patroa que estava grávida e ela mandou eu abortar, já que não tinha lugar pra morar a não ser na casa dela. Disse que eu não abortaria, passou quase dois meses me humilhando. Quando num dia ela viu que estava com dor no estômago e resolveu ser gentil comigo, e fez um chá. Horas depois senti uma cólica muito forte por horas me deu uma diarreia muito forte e **eu acabei perdendo meu filho. Dias depois ela com um sorriso no rosto disse que salvou minha vida, falando que aquele chá que eu tomei era de uma erva abortiva que a vó dela tinha ensinado.** (SD 149, T98)

Sempre tive costume de uma vez ao ano fazer exames de HIV no posto de saúde que fica na região da Corifeu de Azevedo Marques. Sempre entrava às 6h e no dia do exame pedi para entrar depois do almoço pois o percurso é longo. Minha patroa perguntou o porquê e eu disse que era para fazer exame de AIDS/HIV E tive que ouvir um **"Favelada sai dando pra todo mundo tem que ate fazer exame pra ver se tem alguma doença, são tantos..."** (SD 34, T25)

Em alguns exemplos é possível notar que a humilhação surge especificamente pela profissão. Soratto (2006) apresenta como a questão do trabalho doméstico é anterior ao fato dele ser exercido por alguém externo à família, no sentido de ser uma tarefa que nenhum membro quer executar. Assim, quando fica em âmbito familiar, ele passa a ser negociado quanto à divisão de quem fará o quê. Ao contratar uma pessoa para ficar responsável por isso, o conflito não se resolve, ele apenas muda em relação aos envolvidos. A partir disso, a autora reforça o quanto a desvalorização do trabalho tem a possibilidade de afetar o rendimento dessas atividades remuneradas. Como é possível notar nas sequências discursivas a seguir:

Uma certa vez ela chegou na hora do almoço, e não sei o que deu nela, me chamou para sentar a mesa e almoçar, **quando sentei para almoçar sua filha de apenas 6 anos se recusou a sentar na mesa, pois segundo a ela: " Ela não iria almoçar junto com a empregada sentada à mesa.** (SD 90,T61)

O pior de tudo é que eles perpetuavam aos filhos a forma degradante de tratar os empregados domésticos. Tanto é que saí desse trabalho quando **a menina tinha menos de 03 anos, mas já me tratava mal por ser empregada.** (SD16, T10)

Humilhação pelo espaço da casa (do contratante) e uso de utensílios domésticos

O quarto sentido identificado na FD 1 é o sentido em que a trabalhadora doméstica é submetida a viver em espaços que jamais seriam oferecidos a convidados da família contratante. Muito menos seriam espaços em que a família conviveria. Geralmente, são lugares pequenos, abafados e sem conforto algum. Nas SDs a seguir, é possível identificar a forma como o “quartinho da empregada” é também sinônimo de estratificação social no ambiente privado.

O pior na casa era a avó, extremamente racista e elitista. Trabalhava como babá e doméstica, das 6h às 22h da noite. Apartamento de luxo com ar-condicionado central e aquecimento de água por boiler, 4 suítes. Mesmo assim, **meu chuveiro era frio e no meu quartinho não podia nem ligar o ventilador. Só podia comer carnes que sobravam do prato deles. Mesmo com jornadas abusivas e sendo menor de idade, acordava de madrugada com a senhora desligando meu ventilador e falando: Se está de lençol, não precisa usar ventilador. Também reafirmava como eu era feia por ser negra. Ela me vigiava o dia inteiro, quando comecei a querer estudar, ela boicotava apagava a luz do quarto para não gastar energia.** (SD 87, T59)

Minha patroa me levou até meu quarto que ficava nos fundos, em frente à área de serviço! **Tão pequeno que não cabia duas pessoas! No guarda roupa só tinha uma gaveta para mim,** já que todo o restante estava com as "tralhas" sem serventia! (SD8, T6)

Não precisa colocar ventanas [cortinas] no quarto da babá, você não vai querer uma aupair [babá] dorminhoca. E assim foi feito, nunca tive nem cortinas para ter privacidade de trocar de roupa no quarto. (SD 115, T78)

Ainda nesse sentido, também é identificada a forma como os utensílios domésticos denunciam um certo preconceito por parte dos contratantes. É como se a trabalhadora doméstica fosse competente para limpar as sujeiras da família, mas não fosse limpa o suficiente para utilizar os mesmos copos, pratos e talheres.

Ela me levou em um quartinho onde tinha um armário velho uma cama com colchão encardido e algumas coisas para o serviço da casa então ela me mostrou no armário alguns pratos, copos e talheres e me disse assim: **esses aqui são as suas coisas você só pode comer e beber nas coisas que estão aqui dentro, as da casa você não use por favor.** (SD 55, T39)

Humilhação pela capacidade intelectual

O quinto e último sentido identificado na FD 1 é o sentido em que a capacidade intelectual ou a cultura da trabalhadora doméstica é subestimada. Aqui identificamos um preconceito que associa a profissão à falta de inteligência. Soratto (2006) afirma que um dos elementos que contribuem para os preconceitos quanto a essa profissão é a ideia de que o trabalho doméstico é algo “natural”, que não exigiria conhecimento especializado, nem capacidade intelectual. Dessa forma, todo o empenho e a dedicação que podem ter sido necessários à trabalhadora doméstica para executar suas atividades são desconsiderados. Tanto adultos quanto crianças da família contratante se acham no direito de debater o quão desenvolvida culturalmente essa trabalhadora é ou não.

De todas as perversidades que ouvi e passei... a mais simbólica: **Numa tarde, na qual o filho mais novo recebera visita dos coleguinhas da escola, da cozinha ouço uma conversa: "Você precisa conhecer minha empregada. Ela tem só 18 anos, estuda e gosta de ler. Você acredita?"** Esse dado sobre minha vida estava sempre presente nos família e, principalmente, quando recebiam visitas. (SD 103, T71)

O único inconveniente, e quando **me perguntavam se o Brasil era uma floresta, se eu sabia ler, se tinha cama pra dormir, se haviam escolas.** (SD13, T8)

Lendo o livro Olga no meu horário de almoço (veja a coincidência, o mesmo livro e curso que o seu) a patroa chega e pergunta: **Nossa, lendo este livro? Mas você consegue entender o que está escrito aí.** A partir de então eu me trancava no banheiro para conseguir ler os livros do meu curso de história (SD 30, T21)

Uma vez estava limpando a estante repleta de livros e comecei a admirar a coleção de livros médicos que estavam ali. Ele se aproximou e perguntou se eu gostava, **falei que sim, que meu sonho era ser médica como ele um dia. Ele riu e me falou que eu teria que largar a faxina e fazer muito programa pra conseguir ser pelo menos técnica em enfermagem.** (SD 78, T53)

4.3.2 A trabalhadora doméstica explorada

A Formação Discursiva 2 reúne sequências discursivas que apresentam as formas como as trabalhadoras domésticas são exploradas. Essa FD está presente em 32 sequências discursivas e representa 20,61% do corpus. Nas SDs foram encontrados quatro eixos de sentidos. São eles: 1) exploração pelo excesso de tarefas, 2) exploração pelo excesso de horas trabalhadas, 3) exploração pelas condições indignas de trabalho e 4) exploração pela baixa remuneração. Uma das hipóteses apresentadas pelos estudiosos para entender a exploração de trabalhadoras domésticas em seus locais de trabalho é a forte ligação dessa atividade com a escravidão.

Ocupar o lugar da escrava é colocar-se em posição servil e a servidão é mais um dos elementos, senão um dos mais importantes, ligados à desqualificação, desvalorização e rejeição dos serviços domésticos. Le Guillant (1984)¹⁹, em seu estudo sobre as empregadas domésticas na França dos anos 60, já havia chamado atenção para a condição de subordinação presente nos serviços domésticos e para as conseqüências subjetivas dessa condição. Esse autor destacou em seu estudo a discriminação e as situações humilhantes decorrentes da posição de submissão das empregadas na casa da patroa. Para Le Guillant, a desvalorização social, a humilhação, a dependência e a submissão criam a condição patogênica à qual estão sujeitas as empregadas domésticas. É dessa maneira que o autor explica os altos índices de doença mental observados entre as integrantes dessa categoria, mais elevados que em outras categorias profissionais (SORATTO, 2006, p. 53).

Na tabela 4 será possível notar a porcentagem da ocorrência das SDs dentro dessa formação discursiva.

Tabela 4 - FD 2 - Trabalhadora doméstica explorada

FD 2 - A trabalhadora doméstica explorada	TOTAL de SDs	PORCENTAGEM de SDs
Exploração pelo excesso de tarefas	17	53,22%
Exploração pelo excesso de horas trabalhadas	5	15,72%
Exploração pelas condições indignas de trabalho	6	18,85%
Exploração pela baixa remuneração	4	12,60%
Total	32	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

¹⁹ Le Guillant, L. (1984). *Quelle psychiatrie pour notre temps?* Toulouse: Érès.

Exploração pelo excesso de tarefas

O primeiro sentido encontrado na FD 2 é o da trabalhadora doméstica explorada a partir do excesso de tarefas. Geralmente, são tarefas que deveriam ser exercidas por no mínimo duas pessoas. Ficou evidente como um pensamento que teve origem no período escravocrata se perpetuou até os dias atuais. Barbosa (2003) destaca que os escravocratas se preocupavam muito em não permitir que “seus” escravos tivessem “tempo livre”, porque isso significaria menos poder. Pelo menos inconscientemente, esse pensamento ainda está presente na sociedade. É o que fica evidente nas SDs que serão apresentadas a seguir:

Posteriormente, consegui outro trabalho, **a função seria cuidar de três crianças (15, 13 e 7 anos) além de cozinhar, lavar as roupas e limpar a casa enorme. Os abusos eram diversos, eu tinha que descarregar todas as compras pra madame, eu tinha que ficar aguardando até ela chegar pra que eu pudesse ir embora pra casa, tinha horário de entrar mas não de sair. A madame tinha costume de não tirar sequer os absorventes das calcinhas, essa função era minha.** (SD 57, T41)

Como eu morava na casa, ajudava nos afazeres, mas a patroa passou a fazer uma lista de coisas absurdas que nem ela mesma fazia quando não tinha babá porque ela achava que eu não trabalhava o suficiente cuidando dos filhos dela. (eu era babá e não housekeeping que é quem faz serviços de limpeza). Me pedia pra ir tirar a mancha das roupas das crianças, na água fria, em uma pia que tinha na garagem, em pleno inverno, e quando o marido a questionava sobre o frio, ela dizia que eu estava de casaco (um moletom) não tinha problema. (SD 129, T85)

Meu trabalho era lavar as calçadas. Com um mês eu já além das calçadas limpava a piscina, cuidava da grama ,e lavava os banheiros da casa. Cuidava dos queijos que ela trazia da fazenda para curar antes de vender que careciam de um processo diário de raspagem umas 2 vezes ao dia até o seu processo de cura finalizar além do mais difícil de todos os ofícios da casa que era limpar o "Ateliê" de pintura dela eu ficava dois dias só por conta do ateliê, era muita bagunça e sujeira que segundo ela nenhuma de suas empregadas havia conseguido limpar tudo como eu. (SD 100, T69)

Exploração pelo excesso de horas trabalhadas

O segundo sentido identificado na FD 2 é o que apresenta a trabalhadora doméstica como alguém que teria a obrigação de servir seus patrões o tempo todo. Durante a análise ficou evidente para nós que o limite de horas trabalhadas se mostrou ainda mais ignorado nos casos em que a trabalhadora mora no serviço. No entanto, uma das regulamentações da *PEC das Domésticas* (2013) foi o estabelecimento do limite máximo de 44 horas semanais e 8 horas diárias trabalhadas. Por ser recente, os efeitos dessa mudança ainda não puderam ser analisados.

Nessas SDs é possível notar que a vida particular da trabalhadora não é uma questão relevante para os contratantes. Assim, tarefas essenciais para a trabalhadora doméstica como se alimentar ou estudar são deixadas em segundo plano.

Trabalhava direto, muitas vezes sem folgas. Dormia na dispensa do apartamento com aquelas camas tipo que dobra porque não tinha espaço suficiente com mesmo não tinha quarto de funcionária (SD 59, T42)

Trabalhava doze horas por dia e ganhava um salário mínimo, Chegava no trabalho às 7h da manhã e saía às 7h da noite, só voltava para casa para dormir. Nem uns minutinhos livres para comer eu tinha, fazia as refeições em pé andando atrás da criança. Quando o outro bebê nasceu, passei a cuidar dele também, mas ganhando o mesmo salário. (SD 61, T44)

A tv você pode ligar por 30 min, depois do seu expediente. Nós gostamos de reunir os amigos aos sábados, tipo assim, nunca passa das 4:00, daí você vai no domingo de manhã, se bem que às vezes você podia ficar até mais tarde com a bebê, para que eu possa descansar um pouco". Alguns finais de semana vamos à praia ou ao nosso sítio e lá não tem jeito, você precisa ir conosco. Mas não se preocupe, eu sou muito boazinha, você vai amar trabalhar aqui. (SD 84, T57)

Exploração pelas condições indignas de trabalho

O terceiro sentido encontrado na FD 2 é o da trabalhadora doméstica explorada pelas condições indignas de trabalho. É um desafio tentar definir qual sentido acaba nos afetando mais, enquanto pesquisadoras. Esse, no entanto, é um dos que apresentam as condições de trabalho mais apavorantes, porque todos os relatos narram situações que parecem desumanas.

Nesse sentido, ficou evidente o quanto a trabalhadora doméstica fica mais uma vez na categoria não humanizada na condição de trabalho. Como se ela não sentisse ou não importassem os medos, as dores e as sensações que ela possui. Soratto (2006, p. 157) explica como a relação personalista pode ser prejudicial à trabalhadora doméstica: "Demandas que extrapolam as atribuições próprias da função aparecem não apenas como exploração, mas como servidão que é o avesso do trabalho assalariado". Nas sequências discursivas a seguir é possível identificar exemplos em que pouco se considerou a condição em que a doméstica exerceria sua função:

Minha filha nasceu. Após 10 dias ela faleceu. Após 20 dias que minha filha tinha falecido **ela me ligou dizendo para eu voltar ao trabalho pois minha filha já tinha morrido mesmo então não precisava eu tirar a licença.** (SD 50, T35)

O meu trabalho era limpar uma clínica que ficava no primeiro piso e a grande casa dos patrões que ficava em cima, **Trabalhava sem as mínimas condições de higiene, limpava inclusive centros cirúrgicos. Morria de medo de pegar uma bactéria** e mais ainda quando alguém morria durante os procedimentos. (SD 21, T16)

Dormia no emprego, em um quartinho minúsculo servia também como depósito. **Eu arrumava o apartamento, cozinhas, lavava, passava. Limpava por fora as janelas do décimo quarto andar me equilibrando sobre um banquinho.** (SD 134, T88)

Ela me fazia limpar os objetos sexuais dela, sim eram pênis plásticos e eu tinha que limpar pq como ela dizia eu era paga pra isso. (SD 38, T27)

Ela tinha um lugar cheio de pássaros. Dentre eles uma arara super brava claro né! **E eu tinha que limpar mesmo morrendo de medo.** (SD 43, T29)

Exploração pela baixa remuneração

O quarto e último sentido identificado na FD 2 foi a exploração pela baixa remuneração. Nele, as trabalhadoras domésticas têm grandes responsabilidades que não são equivalentes ao salário recebido. Nessa formação discursiva, fica bastante nítido como a situação de vulnerabilidade de algumas mulheres faz com que elas aceitem condições deploráveis de trabalho. O que reforça essa constatação empírica é um estudo realizado no início dos anos 2000 em que se compara a renda média de trabalhadores domésticos com a renda média dos demais trabalhadores:

Sobre a remuneração do serviço doméstico, Melo, Pessanha e Parreiras (2002) ²⁰fizeram uma comparação entre os rendimentos dos trabalhadores domésticos e o rendimento do total dos trabalhadores ocupados a partir de dados do IBGE/PNAD, visando situar o nível de rendimentos dos trabalhadores domésticos em relação ao conjunto da força de trabalho. Nesse estudo, as autoras encontraram uma forte discrepância entre a renda média dos trabalhadores domésticos e a renda real média do total dos ocupados, sendo que o rendimento dos trabalhadores domésticos representava apenas 29% do rendimento do total dos ocupados na década de 90 (SORATTO, 2006, p. 97).

Ademais, os patrões parecem estar cientes de quanto o emprego é necessário para essas mulheres e, por isso, faziam questão de dar tarefas que não condiziam com o valor pago, como consta nos exemplos a seguir:

A moça era bem rica e o filho bem mimado, ele parecia um amor na frente de quem não conhecia, mas quando ganhava intimidade era um nojo, **a mãe dele não tinha confiança em ninguém e provavelmente não teve em mim. Ela não me pagou por ter ficado cm ele, adiava sempre o pagamento dizendo: vou passar aí, pra te entregar o que te devo. Até hoje não recebi**, e ela ainda tentou convencer minha mãe a não me deixar casar, tentou colocar minha mãe contra a parede com argumentos e perguntas. (SD 82, T56)

A casa era enorme com 2 andares, tinha que lavar, passar, cozinhar, cuidar de cachorro ainda do filho deles, por 70 reais (incluindo passagem e almoço nesse valor) por semana, sendo que ia trabalhar todos os dias de segunda a sexta. Era um casal jovem, sem contar que quando brigavam ela tirava todas as roupas dela do armário, ameaçando que ia embora. Adivinha quem tinha que arrumar tudo no dia seguinte? (SD 130, T86)

Pagava 300 reais por mês para ir todos os dias, arrumar, lavar, passar, cozinhar, atender telefone, anotar recado, cuidar do filho mimado (fazia questão de dizer para todo mundo que era empregada dele) (SD 131, T86)

²⁰ Melo, H. P., Pessanha, M.C., Parreiras, L.E. (2002). Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores nos anos 90. Obtido em 26 de março de 2005. Na World Wide Web: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo6.pdf>.

Era abusada pelo homem da casa que me fazia ver revistas pornos enquanto abusava de mim, meus talheres eram separados e ficavam embaixo da pia, e **não tinha salário, recebia apenas restos de comida e roupa velha.** SD 105, T72)

4.3.3 A trabalhadora doméstica assediada

A FD 3 apresenta as sequências discursivas que constroem o sentido da trabalhadora doméstica assediada. Essa FD está presente em 19 SDs, representando 12,27% do corpus. Nessa FD retomamos o trabalho apresentado por Amorim (2008), que se propôs a identificar as consequências para a saúde mental das trabalhadoras domésticas que passaram por algum tipo de assédio em seus locais de trabalho. Nesse estudo, a pesquisadora chegou ao resultado de que muitas mulheres assediadas desenvolvem, na vida adulta, propensão para a dependência alcoólica. Ainda de acordo com Amorim, as principais consequências na vida das mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado são: baixo nível de satisfação no trabalho, frustrações, baixa auto-estima e alta prevalência de sintomas de depressão e ansiedade. Nos exemplos a seguir, é possível identificar relatos de mulheres que passaram por algum tipo de assédio moral ou tentativa de assédio sexual:

Eu tinha o tempo todo que provar que não era burra, que não era ladra e que não estava dando em cima de nenhum homem da casa, **apesar do meu chefe que tinha uma filha da minha idade, fazer visitas durante o dia, quando não tinha ninguém na casa, para elogiar o meu vestido ou fazer o almoço só para nós dois, enquanto a família toda estava trabalhando.** (SD 23, T17)

Fora que o marido dela sempre querendo me oferecer dinheiro pra que eu desse beijos nele... (SD 73, T50)

Pedi demissão porque **quando o marido dela sempre que estava em casa, ficava assistindo filmes porno na sala e me chamando para assistir junto com ele.** (SD 91, T61)

Há, ainda, mulheres que foram abusadas sexualmente. Essas mulheres citaram a dificuldade de se entenderem enquanto seres que tinham algum valor, e algumas precisaram recorrer a tratamentos psicológicos para não cometer suicídio. Os trechos a seguir trazem relatos de estupros:

Passou a mão por todo o meu corpo, manteve contato oral com meus seios enquanto eu o empurrava eu o ameaçava gritar pedindo socorro, e ele disse que se eu fizesse isso ele iria me matar. Disse bem assim "Eu mato você. Minha mãe tem dinheiro e nem para a cadeia eu vou, se eu sumir

com algo da casa e dizer que foi você, você apodrece lá. Tem certeza que quer ir contra a palavra de um branco? Eles irão acreditar em quem?" (SD 35, T25)

Fiquei quase um ano assim, sendo abusada, sem saber o que fazer nem contar a ninguém. Ele dizia: caladinha, tua família precisa dos empregos que eu dou. Direi que você se oferecia. (SD75, T52)

Então aos 12 anos, sozinha na casa de um cristão rígido, que levou mais três, poderosos, que são todos da bíblia, bala e boi fui estuprada. Vieram os quatro pegar a empregadinha pobre, que dava nojo, mas era gostosinha, e me curraram. Sim, aos 12 anos! (SD 77, T52)

4.3.4 A trabalhadora doméstica supostamente desonesta

Esta formação discursiva é composta por 18 SDs e para melhor analisarmos cada um dos três eixos de sentido identificados nela, consideramos necessário fazer uma divisão. Dessa forma, analisaremos os seguintes sentidos: 1) desconfiança por medo de roubo, 2) acusações explícitas de desonestidade e 3) aplicação de teste de honestidade. Na tabela 5 é possível identificar a ocorrência de cada um dos sentidos com base nas divisões por eixos de sentidos.

Tabela 5 - FD 4 - Trabalhadora doméstica supostamente desonesta

FD 4 - A trabalhadora doméstica supostamente desonesta	TOTAL de SDs	PORCENTAGEM de SDs
Desconfiança por medo de ser roubado	8	44,54%
Acusações explícitas de desonestidade	7	38,98%
Aplicação de teste de honestidade	3	16,76%
Total	18	100%

Fonte: Elaborado pela autora

Desconfiança por medo de ser roubado

O primeiro sentido identificado nesta FD é aquele em que a trabalhadora doméstica enfrenta situações em que os contratantes apresentam receio de serem roubados. É como se a trabalhadora doméstica, mesmo convivendo diariamente com a família, fosse uma ladra em potencial.

Jurema Brites (2013) expõe como a força de trabalho doméstico no Brasil costuma ser recrutada: “entre mulheres, as quais geralmente provêm daquelas camadas mais pobres e com índices menores de escolaridade, características sobrepostas por uma forte marca de racialização” (BRITES, 2013, p. 429). Dessa forma, não é possível negar que aqui também há o preconceito interseccional por gênero, raça e classe que faz com que essas trabalhadoras domésticas sejam alvo de desconfiança. Nas SDs a seguir é possível notar como, de forma subjetiva, esse “medo” por parte dos patrões é apresentado:

Eu tinha o tempo todo que provar que não era burra, **que não era ladra** e que não estava dando em cima de nenhum homem da casa, apesar do meu chefe que tinha uma filha da minha idade, fazer visitas durante o dia, quando não tinha ninguém na casa, para elogiar o meu vestido ou fazer o almoço só para nós dois, enquanto a família toda estava trabalhando. (SD 23, T17)

Enquanto eu entrava em um cômodo para limpar, eles entravam juntos e escondiam todos os pertences e eletrônicos...e assim foi em todos os quartos que eu entrei... (SD 25,T18)

Cuidava de uma casa para **uma senhora de 80 anos, onde a mesma deixava a porta do quarto dela fechada. Depois eu ouvi ela falando para uma das filhas dela que deixava a porta fechada para eu não roubar.** (SD 92, T61)

Acusações explícitas de desonestidade

O segundo sentido identificado na FD 4 é o de que não há dúvida de que a trabalhadora doméstica roubou. Nas SDs a seguir é possível notar que não existe nenhuma prova que garanta ao patrão que um crime foi cometido. No entanto, a trabalhadora doméstica tem sua integridade questionada.

Também é possível notar que as falhas de caráter dos membros da família muitas vezes são “abafadas” pela presença da trabalhadora doméstica inserida naquele ambiente familiar. Dessa forma, se torna muito mais “cômodo” acreditar que a empregada é desonesta, mau caráter e corrupta do que admitir que os membros da família possam ser os culpados nesses casos.

Soratto (2006, p. 179) explica quais outras consequências podem surgir em relação a essas desconfianças quanto à honestidade da trabalhadora: “Além do desconforto moral gerado pela desconfiança na capacidade e na honestidade, a vigilância impede a criatividade, cerceia as possibilidades de colocar em prática as habilidades e o modo de fazer o serviço considerado mais adequado”. É o que podemos notar nas sequências discursivas a seguir:

Outras cenas desagradáveis também aconteceram, como **me acusar por um vidro de azeite dandê sumir do armário depois que ela tinha feito faxina nele!!! "Você sumiu com ele". As frutas que sumiram da geladeira**, pois os filhos e o marido viviam alimentando os passarinhos. "Se continuar assim, vou ter que separar seu prato, todo dia!!! você está comendo tudo". A blusa que ficou desaparecida por ter enroscado numa mala e foi parar debaixo da cama, num dia que precisava encerrar todo o apartamento!! **cade minha blusa?!! "você sumiu com ela!!"** (SD71, T49)

Um dia ela estava tomando café, eu cheguei como sempre e fui fazer meu café **ela olhou e me disse eu tenho um colar igual a esse... Na hora respondi: você que me deu naquelas biju embolada... Tirei do pescoço e devolvi na hora como ela disse "foi enganado esse"**. (SD 110, T74)

Alguns dias depois ouvi da criança de 5 anos: **mamãe deu dinheiro pra você comprar pão e você roubou o dinheiro**. (SD 128, T84)

Aplicação de teste de honestidade

O terceiro e último sentido identificado nessa formação discursiva é aquele em que a trabalhadora doméstica é testada sem nem mesmo saber. Geralmente, as contratantes deixam à vista quantias em dinheiro como se estivessem ali “por acaso”. Soratto (2006, p. 266) explica que quando a honestidade é uma característica valorizada pela trabalhadora essa desconfiança excessiva pode ser um indicador de que o relacionamento entre as partes não tem condições práticas para existir: “O exagero na desconfiança pode ser sentido como uma violência moral, porque coloca em dúvida o caráter da pessoa, fazendo atribuições que podem ser injustas”.

Fui fazer uma faxina na casa de uma mulher que mora perto do meu bairro. **Essa foi a quarta vez que ela insistiu para que tirasse o tapete para limpar embaixo. Ao tirar o tapete encontrei muito dinheiro.** Fiz a faxina normal e coloquei o dinheiro de volta, exatamente no lugar onde estava. (SD1, T1)

Ao começar a passar a roupa, senti nos bolsos algo incomodando o ferro de deslizar pela roupa, procurei ver o que tinha nos bolsos, quando eu vi, **eram notas de 20, 50 e 100 reais que estavam espalhadas pelos bolsos das roupas, fiquei tão indignada e chorei** pela humilhação que estava passando ali, **a patroa tinha colocado várias notas para saber se eu iria pegar o dinheiro pra mim.** (SD 62, T45)

A mãe da patroa fazia questão de ir no meu quarto e revistar o meu guarda roupa e bolsas quando eu estava no meu dia de folga, e de vez em quando deixava cair uma notinha de 100 dólares dentro de uma caixa de sapato. (SD 118, T78)

4.3.5 A trabalhadora doméstica respeitada

Na quinta e última FD estão agrupadas as sequências discursivas em que os sentidos predominantes são aqueles em que as trabalhadoras domésticas são respeitadas, tanto pelas boas condições de trabalho quanto pelo tratamento recebido. Por ser um número bem pequeno entre todos os sentidos apresentados, em análise do discurso esse tipo de sentido é classificado como sentido residual. Esta formação discursiva é composta por 9 SDs, o que representa 5,86% do corpus.

Soratto (2006, p.104) destaca a importância dessas experiências positivas nas vidas das trabalhadoras domésticas:

Mas, os serviços domésticos remunerados não são feitos apenas de situações de extrema exploração, maus tratos e preconceito e humilhação. Muitas mulheres vão e voltam todos os dias do trabalho em casas de família, assim como outros trabalhadores vão para os seus empregos, sem sofrer as formas mais explícitas de maus tratos e de desrespeito”.

O primeiro sentido desta SD é aquele em que as trabalhadoras têm boas condições de trabalho.

Trabalhei como empregada doméstica por quase 20 anos. **Meus patrões eram boas pessoas. Não era necessário usar uniforme nem mesmo roupa branca. Minha patroa sempre me pagou corretamente.** (SD 79, T54)

Não tive nenhum abuso, nem um problema, adorava trabalhar lá. Cuidava da criança, quando possível dava uma arrumada na casa, mas eles tinham também uma moça para a limpeza, eu somente fazia porque queria. Acredito que em meio a tantas histórias tristes de experiências horríveis a minha é uma boa. (SD 54, T38)

O segundo sentido identificado é aquele em que as trabalhadoras domésticas apresentam em seus relatos exemplos de boas relações com as famílias para as quais trabalharam, em que tiveram experiências que agregaram na trajetória profissional de cada uma delas. Além do mais, o principal destaque desse sentido é que, além das boas condições de trabalho elas foram bem tratadas:

Tem 10 anos que trabalho pra uma família agora só minha patroa pois seu esposo faleceu tem 2 anos. Ajudei a cuidar dele enquanto estava doente e fiz o máximo que pude pois **sempre me tratou com respeito e carinho e a minha patroa fala que sou companheira dela. Compartilhamos segredos e tenho um sentimento bom em relação a ela,** estou estudando, no ano

que vem me formo **estou com o coração partido só de saber que vou ter que deixá-la** mas sei que será melhor pra mim. (SD 17, T12)

Durante toda minha infância e um pouco da adolescência fui empregada doméstica, que eu me recorde foram duas famílias. Uma delas **me traz boas lembranças**, da piscina, das comidas, **sempre brinquei junto com as meninas, fui às suas festas de aniversário e elas sempre foram nas nossas. Nunca me senti humilhada, sempre me senti parte daquilo.** (SD 18, T13)

Sempre fui bem tratada por todos. Mas em especial pelo meu patrão, um cara muito rico, mas o que se exaltava nele não era seu status e sim a sua humildade, seu respeito para comigo e com o próximo. **Nunca vi uma pessoa com coração tão grande.** (SD 44, T3)

Ser empregada doméstica por 4 anos mudou minha vida. **As pessoas com quem convivi nesse período só trouxeram experiências positivas e incentivos verdadeiros de crescimento profissional.** (SD96, T64)

Diante da análise podemos observar a forte hegemonia da humilhação, tendo como evidência a presença marcante da comida como instrumento para essas opressões. Além disso, não podemos negar a existência de relatos que narram boas experiências. No entanto, a análise demonstrou a maior incidência de experiências traumatizantes e que colocam as trabalhadoras domésticas em uma posição inferior. Identificamos que aproximadamente 95% dos sentidos são de humilhação, exploração, abuso e desconfiança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisamos quais sentidos sobre o trabalho doméstico estão presentes nos depoimentos compartilhados no livro *Eu, empregada doméstica*, que resulta de uma página com o mesmo nome no Facebook. Nosso objetivo era compreender como as empregadas domésticas narram as experiências de suas relações com os patrões, buscando entender os sentidos sobre si que estão materializados nesses depoimentos. Isto, pois entendemos que os testemunhos contribuem para a denúncia de injustiças e para a revelação de tratamentos degradantes que ocorrem em ambientes privados e devem ser discutidos em ambientes públicos. Além disso, os testemunhos possibilitam que pessoas que não se conhecem partilhem uma vivência semelhante.

No segundo capítulo, apresentamos a origem do trabalho doméstico no Brasil e dados sobre o perfil do trabalhador doméstico. Tentamos também compreender como essa profissão foi vista em diferentes épocas da história no país. Para isso, foram referenciados autores que estudaram diversos contextos históricos do ponto de vista das relações trabalhistas, raciais, sociais e de gênero.

No terceiro capítulo, abordamos o conceito de testemunho e sua relevância na memória dos acontecimentos históricos. Foi possível compreendermos de que forma as vítimas de acontecimentos traumáticos comunicavam ao mundo suas experiências. Neste capítulo também abordamos como as interações têm ocorrido através das redes sociais. O último tópico apresentado no terceiro capítulo foi a trajetória de vida da historiadora, escritora e criadora de conteúdo Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara.

No quarto capítulo apresentamos a metodologia utilizada, a análise do discurso, o corpus da pesquisa e os procedimentos utilizados para a análise de 98 depoimentos publicados no livro *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Passamos, então, a analisar as cinco formações discursivas e os 15 sentidos que encontramos nesse corpus.

Identificamos cinco Formações Discursivas (FDs) que expressam como essas trabalhadoras se veem na relação com os empregadores: 1) a trabalhadora doméstica humilhada, 2) a trabalhadora doméstica explorada, 3) a trabalhadora doméstica assediada, 4) a trabalhadora doméstica supostamente desonesta e 5) a trabalhadora doméstica respeitada.

Essas formações, que são grandes sentidos distintos entre si - embora possam ser complementares -, são internamente sustentadas por 15 eixos de sentido. Percebemos que a humilhação se dá 1) pela comida, 2) pela violência, 3) por marcadores de raça, gênero, profissão, classe social, 4) pelo espaço da casa (do contratante) e uso de utensílios domésticos e 5) pela capacidade intelectual. Já a exploração é construída 6) pelo excesso de tarefas, 7) pelo excesso de horas trabalhadas, 8) pelas condições indignas de trabalho e 9) pela baixa remuneração. As trabalhadoras também narram que foram assediadas, com 10) tentativa ou efetivação de abuso sexual, e que foram colocadas sob suspeição, com os patrões demonstrando 11) desconfiança por medo de serem roubados, 12) fazendo acusações explícitas de desonestidade e 13) aplicando testes de honestidade. Por fim, o sentido residual das trabalhadoras que se perceberam respeitadas é construído 14) pelo tratamento recebido e 15) pelas boas condições de trabalho.

Esses resultados mostram que, apesar de todos os avanços tecnológicos, legislativos e sociais, a trabalhadora doméstica ainda hoje enfrenta dificuldades para encontrar, no mercado de trabalho, um ambiente acolhedor e justo.

A forte presença do sentido da humilhação revela a relação de poder pela subjugação, especialmente nas ocasiões que envolvem a alimentação. Foram encontradas 49 SDs, de um total de 149, em que pessoas foram humilhadas por não serem autorizadas a comer, serem obrigadas a comer em determinados horários e em certos lugares ou, ainda, serem forçadas a comer restos dos pratos de outras pessoas. Podemos ver, a partir desse resultado, a dominância do acesso à comida como instrumento de exercício de poder. As humilhações, as explorações e os assédios encontrados nesses depoimentos provavelmente estejam presentes nas histórias de cerca de 5 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil. Os tratamentos degradantes aqui relatados certamente atuam na saúde mental desses trabalhadores, causando sofrimento psíquico e podendo atuar sobre a autoestima.

Acreditamos que os resultados encontrados nessa análise possam servir, primeiramente, para reforçar uma reflexão na sociedade. Há décadas percebemos o trabalho de estudiosas que debatem a temática e, graças a elas e às lutas sindicais das trabalhadoras domésticas, muitas mudanças efetivas foram alcançadas. É preciso, no entanto, se manter vigilante para que essas conquistas não sejam esquecidas.

Além das reflexões que podem surgir a partir desse trabalho, esperamos que ele sirva de instrumento de conscientização e artefato de poder para pessoas que, assim como nós, acreditam que condições dignas de trabalho são o mínimo para as mulheres. Mais do que sobreviver, é necessário que elas possam ter a garantia de serem respeitadas enquanto sujeitas de direito que são.

Por fim, percebemos que a temática do trabalho doméstico vem sendo bastante debatida em áreas como Direito, Sociologia e Ciências Sociais. Acreditamos que seja primordial que cada vez mais comunicadores possam se apropriar desses conceitos e principalmente dessas pautas, uma vez que a Comunicação tem o poder de colaborar na construção da realidade social.

REFERÊNCIAS

- ALECRIM, Emerson. **Apps do facebook chegam a 3 bilhões de usuários ativos pela 1ª vez.** *Tecnoblog*, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/336391/facebook-alcanca-3-bilhoes-usuarios-ativos-primeira-vez/>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- AMARAL, Inês. **Redes sociais na internet: Sociabilidades emergentes.** Covilhã: LabCom, 2016.
- AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. *Contracampo*, Niterói, v. 26, n.1, p. 71-86, 2013.
- AMORIM, Andréa Monteiro de. **Emprego em serviços domésticos e efeitos sobre a saúde.** 2008. 96 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10352>.
- ANSELMINO, Natalia Raimondo. Esfera pública e redes sociais na Internet: o que é novo no facebook? *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 67, 2016.
- ARAÚJO, Tânia Maria de *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de de Saúde Materno-Infantil*, v. 5, n. 3, p.337-348, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292005000300010>
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil : da escravidão ao assalariamento. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286268>. Acesso em: 21 mar 2021.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1959.
- BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia; LOPES, Maria Immacolata (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- BENTIVOGLIO, E.C.; FREITAS, N. A evolução da legislação do trabalho doméstico no Brasil. *Revista do Curso de Direito*, v. 11, n. 11, p. 219-232, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1094/rcd.v11n11p219-232>

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Mulher Negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 470-488, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Racismo no trabalho: comentários sobre algumas experiências práticas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 2, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília 12 de junho de 2008.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000200005>.

BRITES, Jurema. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p.422-451, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>.

BRITES, Jurema; PIKANÇO, Felícia. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

CAL, Danila Gentil Rodriguez; BRITO, Rosaly de Seixas Brito (org.). Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: **CRV**, 2020. 272 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **PEC das domésticas: o que já vale e o que ainda precisa de regulamentação**. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/446251-pec-das-domesticas-o-que-ja-val-e-e-o-que-ainda-precisa-de-regulamentacao/>. Acesso em 20 de fev. 2021.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, n. 42, p. 71-80, 2005.

CEPAL (Chile). **La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes**. Santiago: Naciones Unidas, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45032/4/S1900723_es.pdf. Acesso em: 04 fev. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero.

Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em:

<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 17 de fev de 2021.

COLLAÇO, Janine; MENASCHE, Renata. Comer contemporâneo: e não é que comida continua boa para pensar? **Soc. e Cult.**, v. 18, n. 1, p. 5-11, 2015.

ENFRENTAMENTO ao genocídio da juventude negra. **Plataforma política juventudes contra violência.** Disponível em:

[:https://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/enfrentamento-ao-genocidio-da-juventude-negra/](https://juventudescontraviolenca.org.br/plataformapolitica/quem-somos/eixos-programaticos/enfrentamento-ao-genocidio-da-juventude-negra/). Acesso em: 07 de mar. 2021.

FERNANDES, Joyce. A senzala moderna é o quartinho da empregada. **Mídia Ninja**, 28 jul. 2019. Disponível em:

<https://midianinja.org/pretarara/a-senzala-moderna-e-o-quartinho-da-empregada/>. Acesso em 30 mar 2021.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro (org.). Repensando a abolição. **Revista de História**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 119-124, 2009.

GARCIA, Diego. Quase todos os brasileiros usam celular para acessar internet, diz IBGE. **Folha de São Paulo**, 29 abr. 2020. Disponível

em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/quase-todos-os-brasileiros-usam-celular-para-acessar-a-internet-diz-ibge.shtml>. Acesso em 25 fev 2021.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Filhos da África, 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Acesso em: 17 de fev. de 2021.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, Brasília, p. 1-15, 2019. DOI: 10.4025/psicoestud.v24i0.42738.

HAMANN, Cristiano *et al.* Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. **Barbarói**, v. 1, n. 51, p. 248-268, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v51i1.6331>.

HELLER, Barbara; VARGAS, Herom. Diários de testemunhas: das memórias subjetivas aos produtos midiáticos. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 19, n. 1, p. 36-57, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Interseccionalidades: pioneiras no feminismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAGE, Leandro R. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, 2013.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p184

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 12, n. 1, p. 48-63, 2016.

MASSUELA, Amanda. Rapper e arte-educadora, Preta Rara faz do desconforto seu motor criativo. **Cult**, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/preta-rara-faz-do-desconforto-seu-motor-criativo/>. Acesso em: 31 mar 2021.

MATSUMOTO, Dária Sirqueira. **O trabalho doméstico remunerado e feminino: rupturas e continuidades**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20068/2/D%c3%a1ria%20Sirqueira%20Matsumoto.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MORENO, Diego. Brasileiro fica 3 horas e 31 minutos por dia nas redes sociais. **Agência Visia**. Disponível em: <https://www.agenciavisia.com.br/news/brasileiro-fica-3-horas-e-31-minutos-por-dia-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MOYSÉS, Adriana. Preta Rara: “porta-voz das domésticas brasileiras” é destaque no Le Monde. **Época**, 14 dez. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/preta-rara-porta-voz-das-domesticas-brasileiras-destaque-no-le-monde-24138511>. Acesso em: 31 mar 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NERY, Carmen. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 31 mar 2021.

NÚMERO de empregados domésticos no país bate recorde. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-empregados-domesticos-no-pais-bate-recorde,70003178662>. Acesso em: 04 fev. 2021.

OIT (Brasil) (ed.). **A abordagem da OIT sobre a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho**. 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229490.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

OIT (Brasil) (ed.). **Conheça a OIT**. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 02 fev. 2021.

OLIVEIRA, Andreia H. Robert de. A empregada doméstica e a desigualdade de raça e gênero. **Justificando**, 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/05/25/a-empregada-domestica-e-a-desigualdade-de-raca-e-genero/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Fagner Damasceno de. O assédio moral no ambiente de trabalho. **Jus.com.br**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82330/o-assedio-moral-no-ambiente-de-trabalho>. Acesso em: 25 abr de 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PAIXÃO, Mayara. Preta Rara: “Para mim, resistir é estar viva”. **Brasil de Fato**, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/25/preta-rara-para-mim-resistir-e-estar-viva>

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. 2011. In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH: 50 ANOS, I**, São Paulo. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

PINHEIRO, Luana *et al.* **Texto para discussão**. 2528. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 04 fev. 2021.

QUEM FOI Primo Levi e por que sua obra ainda é atual. **Revista Galileu**. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/07/quem-foi-primo-levi-e-por-que-sua-obra-ainda-e-atual.html#:~:text=Foi%20na%20literatura%20que%20Primo,falar%20sobre%20o%20horror%20nazista.&text=Ao%20revelar%20sua%20origem%20judaca,650%20mulheres%2C%20homens%20e%20crian%C3%A7as>. Acesso em: 16 fev. de 2021.

RARA, Petra. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGULAMENTAÇÃO dos direitos das domésticas é publicada. **G1**, 2 jun. 2015.

Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/06/regulamentacao-dos-direitos-das-domesticas-e-publicada.html>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

REZENDE, Bibiana Conceição. De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 237-249, 2019.

<http://dx.doi.org/10.33026/peg.v20i1.6306>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SALVADOR, Soledad; COSSANI, Patricia. **Trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe frente à crise do Covid-19**. 1.1 Brasil: Escritório Regional Para A América Latina e O Caribe da Onu Mulheres, 2020. 19 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_751304.pdf. Acesso em: 04 fev. 2021.

SAVICKI, Michele. **Mulher, pobre, negra e doméstica: efetivação de direitos e desafios na realização da justiça social**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211532>. Acesso em: 30 dez. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunhos e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História - Revista de Pós-Graduação**, v. 30, p. 71-98, 2005.

SILVA, Christiane Leolina Lara *et al.* O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 454-470, 2017. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9563.2017v23n1p454-470>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SILVA, Vitória Régia da. ENTREVISTA: “O trabalho doméstico é hereditário para as mulheres pretas”, diz Preta-Rara. **Gênero e Número**, 31 out. 2019. disponível em: <http://www.generonumero.media/entrevista-o-trabalho-domestico-e-hereditario-para-as-mulheres-pretas-diz-pretarara/>. Acesso em: 30 de mar 2021.

SERAFIM, Rose. **Empregadas domésticas podem recorrer à Lei Maria da Penha por violência de gênero**. Agência Econordeste. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/empregadas-domesticas-podem-recorrer-a-lei-maria-da-penha-por-violencia-de-genero/>. Acesso: 24 abr 2021.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. 331 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade

de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6679>. Acesso: 25 abr 2021.

TANAKA, Sheila. Interseccionalidade e trabalho doméstico: o debate público sobre a Emenda Constitucional 72 no Brasil. **Cadernos Cedec Nova Série**, São Paulo, v. 123, p. 6-61, 2017.

TELLES, Lorena. **Libertas entre sobrados**: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:
https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10082012-170442/publico/2011_LorenaFeresdaSilvaTelles_VCorr.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.